1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.1- INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos o relatório das principais atividades do exercício de 2014, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária, e também o Balanço Social o qual consideramos importante para divulgar o desempenho social e ambiental da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL para a sociedade, parceiros e consumidores.

1.1.01 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A CERGRAL é fruto de uma história de mais de 50 anos de contribuição ao desenvolvimento da Infraestrutura de Santa Catarina e, durante essa trajetória, vem construindo o crescimento sócio econômico sustentável de Gravatal. Essa é a nossa causa maior que nos levará a superar os desafios que se apresentam ao setor elétrico Brasileiro.
Em 2014 a CERGRAL continuou com grandes realizações, demonstrando mais uma vez a continuidade da seriedade dedicada ao patrimônio do associado, e do comprometimento com o atendimento a toda a sociedade Gravatalense. Mais uma vez pode-se afirmar que os objetivos foram cumpridos em todos os setores da cooperativa.
Os colaboradores da CERGRAL, em especial aqueles que enfrentam a chuva, o sol forte, a diversidade de horários, os riscos de acidentes elétricos, continuam sendo alvo de muita atenção, com treinamentos, fornecimento de equipamentos adequados e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.
É importante frisar que a CERGRAL trabalha seguindo normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.
Diante do exposto, aliado às ações acima referidas, será através do comprometimento, atitude e superação de todos os trabalhadores e da Diretoria, que a CERGRAL irá aprimorar cada vez mais a prestação do serviço essencial de energia elétrica, em um processo de melhoria contínua, de modo a seguir com a sua história de relevante participação no setor elétrico, estratégico como protagonista do desenvolvimento socioeconômico de Gravatal, distribuindo energia de qualidade.

1.1.02 - PERFIL

A CERGRAL, constituída em 16 de dezembro de 1961, é uma cooperativa do ramo de infraestrutura, com sede na Rua Engenheiro Annes Gualberto, 288, Centro, município de Gravatal, Estado de Santa Catarina.
Em 28 de Novembro de 2008 a CERGRAL assinou contrato com a ANEEL, onde adquiriu o status de permissionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Autorizados a atuar em 6 municípios, dos 295 que compõem o estado de Santa Catarina, atende o município de Gravatal e pequenas partes dos municípios de: Imaruí, Armazém, Capivari de Baixo, Laguna e Tubarão. A área de concessão totaliza 201 km2.
A CERGRAL presta os melhores serviços há mais de 50 anos e para isso valoriza o corpo funcional focando:

- Cargos e Salários;
- Avaliação dos Resultados;
- Programa de Habilitação Profissional;
- Investimento em Treinamento Técnico;
- Programa de Qualidade Total e;
- Segurança e Medicina no Trabalho.

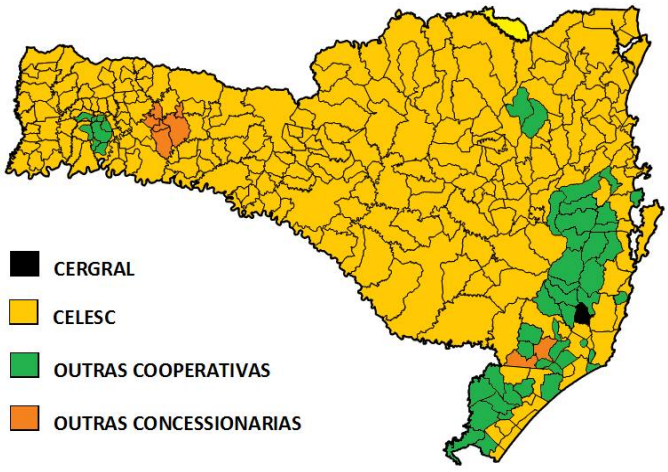
A CERGRAL segue a política de qualidade, buscando a melhoria continua na coleta de dados dos indicadores de continuidade individual e coletivo, através da capacitação e treinamento dos seus colaboradores, para atender os requisitos regulamentares do cliente, expectativas dos associados e demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

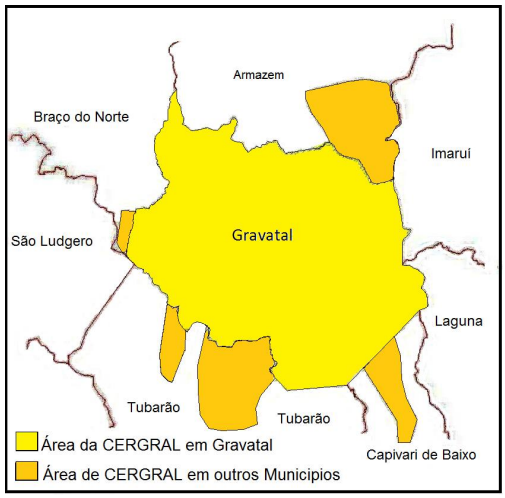
Para o bom desempenho e a qualidade no atendimento, conta com uma central de atendimento na sede do município de Gravatal e sua arrecadação é realizada em cobrança integrada disponível em diversas agências bancárias em nível nacional.
O número de colaboradores efetivos em 31 de dezembro de 2014 era de 37 e o número de consumidores associados e não associados de 5.494.
A CERGRAL tem seu sistema de distribuição composto conforme quadro a seguir:

Composição do Sistema de Distribuição	
Redes de Distribuição - Projeção em Solo (Km)	306,04
Postes (Unidades)	7.016
Transformadores (Unidades)	448
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	12.276

1.1.03 – POSICIONAMENTO NO SETOR EM SC

A Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina – FECOERUSC, é a entidade que congrega as 22 filiadas, cooperativas de eletrificação rural de Santa Catarina. O cooperativismo tem sido parceiro e agente do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. O governo se valeu do cooperativismo como instrumento para captar os recursos e executar os projetos de eletrificação rural. A união das cooperativas e a crescente necessidade de se organizarem e de interagir com outras entidades criou-se em 25/11/1973 a FECOERUSC. A FECOERUSC tem por objetivo a congregação de esforços visando defender os múltiplos interesses das filiadas.
O mapa abaixo demonstra a localização da área de permissão da CERGRAL assim como das outras cooperativas e concessionárias, sendo a CELESC a principal concessionária do estado de Santa Catarina.





O quadro abaixo demonstra o posicionamento da CERGRAL em relação às 22 cooperativas de distribuição de energia elétrica de Santa Catarina e a CELESC Distribuição, quanto a energia elétrica faturada e a quantidade de unidades consumidoras.

Em 2013

Distribuidora	GWh	%	%	Consumidores	%	%
CELESC	22.102	100,00%		2.589.464	100,00%	
COOPERATIVAS/SC (22)	1.359	6%	100%	217.845	8%	100%
CERGRAL	21	0,1%	1,5%	5.479	0,2%	2,5%

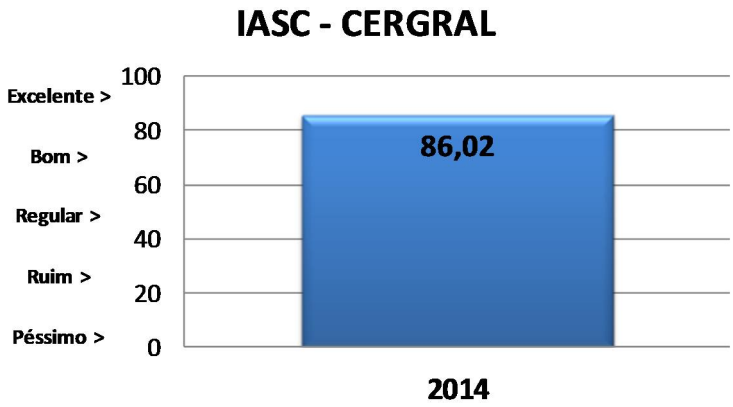
Em 2012

Distribuidora	GWh	%	%	Consumidores	%	%
CELESC	21.193	100,00%		2.503.976	100,00%	
COOPERATIVAS/SC (22)	1.288	6%	100%	211.923	8%	100%
CERGRAL	20	0,1%	1,6%	5.241	0,2%	2,5%

Em 2013 no ranking das 22 cooperativas catarinenses de distribuição de energia, a **CERGRAL** ocupou a **19º colocação em quantidade de energia distribuída e 14º colocação em quantidade de unidades consumidoras.**

1.1.04 – RECONHECIMENTO

O Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC é apurado anualmente desde 2000 e transformou-se em premiação a partir de 2002, em reconhecimento às Distribuidoras mais bem avaliadas por seus consumidores.
A partir de 2014 a ANEEL passou a realizar a pesquisa do IASC também com as permissionárias, passando a avaliar a satisfação do consumidor residencial com essas cooperativas. Segundo relatório da ANEEL, em 2014 foi realizado 150 entrevistas na área de permissão da CERGRAL, onde segundo metodologia e cálculos da ANEEL a CERGRAL obteve um índice de 86,02, considerado Excelente pelos níveis da pesquisa.



Entre as permissionárias com até 10 mil unidades consumidoras do Brasil, a CERGRAL se classificou na **5ª posição na pesquisa IASC 2014**.

1.1.05 – ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O Estatuto Social da cooperativa é o documento que define o seu funcionamento. É aprovado em Assembleia Geral, órgão supremo, que determina e autoriza a aplicação das regras de funcionamento.

A igualdade se consolida na disposição estatutária quando define que independentemente do número de quotas parte de capital que tenha o associado, este terá direito a um único voto nas assembleias.

1.2– CENÁRIO COOPERATIVISTA

1.2.01 - CAPITAL SOCIAL E NÚMERO DE ASSOCIADOS

Valores em R$

Exercício	Número de Associados	Capital		
		Subscrito	Integralizado	A Integralizar
2005	5.115	2.440,00	2.440,00	0,00
2006	5.480	3.650,00	3.650,00	0,00
2007	5.767	2.870,00	2.870,00	0,00
2008	6.070	3.030,00	3.020,00	10,00
2009	5.980	2.590,00	2.590,00	0,00
2010	6.189	4.740,88	4.730,88	10,00
2011	6.363	5.535,76	5.515,76	20,00
2012	6.600	5.970,82	5.960,82	10,00
2013	6.856	1.475,00	1.475,00	0,00
2014	7.229	1.940,00	1.935,00	5,00

Em 2014 foram admitidos 388 novos associados, 36 foram admitidos por transferência de capital e ainda houve a demissão de 51 associados. O Capital Social teve um acréscimo por subscrição no valor de R$ 1.940,00.

1.2.02 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Para melhorar ainda mais a qualidade da energia fornecida aos associados, proporcionando estabilidade ao seu sistema elétrico, a CERGRAL construiu, ampliou e reformou 7,815 km de redes nas localidades abaixo relacionadas:

Construção/Ampliação/Reforma das redes em 2014

Localidade	Metros	Km
Ângulo	110	0,110
Baixadinha/São Bento	400	0,400
Bela Vista	1.665	1,665
Caeté	140	0,140
Ilhota	130	0,130
Indaial	470	0,470
Pouso Alto	920	0,920
Praça	690	0,690
Riacho/Lomba	115	0,115
São Roque	390	0,390
Sanga da Areia	690	0,690
Sertão dos Medeiros	210	0,210
Termas	855	0,855
Tiradentes	200	0,200
Varzea das Canoas	830	0,830
Total	**7.815**	**7,815**

Extensão das redes em Km - Projeção em solo

Localização da Rede	2014	2013	Variação
Área Rural	251,13	248,36	1,12%
Área Urbana	54,91	54,36	1,01%
Total	**306,04**	**302,72**	**1,10%**

Número consumidores por Km - 2014

Localização dos Consumidores	Consumidores	Por Km
Área Rural	3.207	12,77
Área Urbana	2.467	44,93
Total	**5.674**	
	Média Geral	**18,54**

OBS: Base Dezembro

Cumpre-nos também o dever de informar nossos associados que todo planejamento de 2014 e a programação executadas foram: reformas, ampliações e construções de novas redes e manutenção preventiva no setor de iluminação pública. Estas são ações que nos dão total tranquilidade no suprimento de Energia pela CERGRAL, atendendo nossa demanda e permitindo que nosso município possa desenvolver-se continuamente.
Estas providências foram tomadas com senso de responsabilidade do nosso conselho de administração fazendo-nos lembrar em muito a motivação dos fundadores da cooperativa no sentido de bem servir nossa gente.

1.2.03 - ATIVIDADES SOCIAIS

Principais atividades sociais desenvolvidas no decorrer do exercício de 2014:

- Disponibilização de mão de obra gratuita para manutenção e pequenos reparos, para os estabelecimentos de Ensino do nosso município que procuraram a CERGRAL.
- Apoio as Instituições Religiosas para divulgação de seus eventos.
- Apoio as instituições relacionadas a Educação no Trânsito e Meio Ambiente.
- O projeto "CERGRAL Ante Drogas" com apoio da Prefeitura, da Policia Militar, das Escolas do Município e o apoio financeiro da OCESC/SESCOOP a CERGRAL encaminhou a todos os associados uma lista comentando as famílias como podem esclarecer seus filhos sobre os males das drogas. Também foram realizadas palestras sobre "Drogas e sua Prevenção" junto a toda a comunidade escolar, atendendo uma solicitação dos professores do ensino fundamental e médio.
- O seguro denominado "Plano Família", mantido com recursos dos associados e também com uma parcela do FATES e garantido pela Mutual Cia de Seguros e posteriormente pela Unimed Seguros, repassou R$ 143.520,44 a 63 famílias de associados, proporcionando a estas famílias um sepultamento digno a seus entes queridos.
- A apólice do seguro "Plano Família" que a partir de meados do ano de 2014 passou a ser garantida pela Unimed Seguros, faz sorteio mensal para cada grupo de 100 mil segurados, de um prêmio de R$ 10 mil todos os meses. No mês de agosto/2014 uma associada da CERGRAL foi a contemplada com esse prêmio.
- A CERGRAL também com recursos do FATES e apoio financeiro do SESCOOP priorizou a capacitação e treinamentos ao seu quadro de colaboradores.

1.2.04 - ORGANIZAÇÃO, LEGISLAÇÃO E GERENCIAMENTO

Na área operacional para o atendimento das atividades regulatórias e o cumprimento da legislação do setor elétrico a CERGRAL busca constantemente esforço para atingir um modelo de gestão mais arrojado em termos técnicos, com recursos humanos mais capacitados, apesar do modesto contexto socioeconômico local e para que todas as exigências da ANEEL a rigor sejam cumpridas.

A CERGRAL continua implantando medidas e ações visando manter a certificação da ISO 9.001 alcançada em 2012 e também a ISO 10.002 para cumprir todas as exigências da qualidade dos nossos serviços e os níveis de continuidade e tensão de energia sejam mantidos no patamar das exigências do setor elétrico.

1.2.05 – PLANEJAMENTO

No decorrer do exercício de 2014, nosso planejamento foi realizado de acordo com os recursos destinados. Algumas metas na área de reformas de redes ficaram pendentes, e continuaram inseridas no planejamento para 2014. Rede Morro Seco/Nossa Senhora de Fátima e construção de passagem subterrânea de alta tensão para viabilizar construção de viaduto sobre a Rodovia SC 370 em Termas do Gravatal.

Aquisição de equipamento de precisão (termovisor) para facilitar a manutenção preventiva do sistema elétrico é uma necessidade que está inserida no planejamento de 2014.

Consta em nosso planejamento para 2014 a necessidade de investimentos nos setores de medição, expansão e ampliação de redes, na aquisição de transformadores, e em ramais de ligações os quais somam R$ 617.923,95, em recursos próprios previstos pela CERGRAL.

1.3 – CENÁRIO PERMISSIONÁRIA

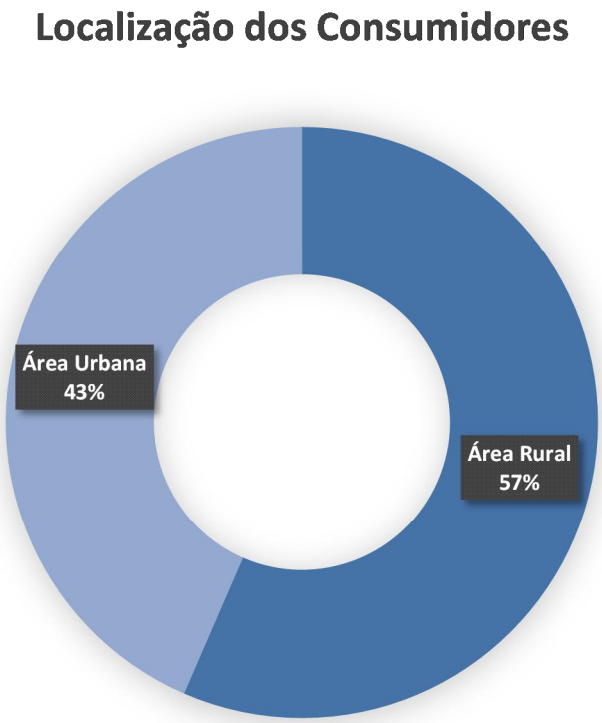
1.3.01 - DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Atualmente (base dezembro/2014), a CERGRAL possuía 5.674 consumidores dos quais 43% estão localizados na área urbana e 57% na área rural, não registrando consumidor com Status de "Consumidor Livre".

Número de Consumidores

Localização dos Consumidores	2014		2013		Variação
Área Rural	57%	3.207	55%	2.920	9,83%
Área Urbana	43%	2.467	45%	2.351	4,93%
Total	100%	**5.674**	100%	**5.271**	**7,65%**

OBS: Base Dezembro



1.3.02 - LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

No ano de 2014 houve um acréscimo de 195 unidades consumidoras, totalizando 5.674 unidades consumidoras atendidas durante o ano.

1.3.03 - COMPORTAMENTO DO MERCADO

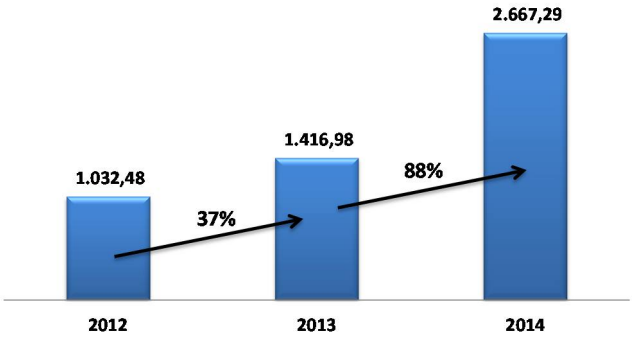
1.2.03.01 - Suprimento

A CERGRAL não possui geração de energia. Toda a energia comercializada é obtida através da aquisição junto a principal concessionária do estado de Santa Catarina, CELESC Distribuidora S.A.

Valores em R$ mil

Descrição	2014		2013		Variação
Energia elétrica comprada para revenda	57%	1.523,35	59%	837,18	81,96%
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	5%	131,67	7%	97,06	35,66%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	38%	1.012,27	34%	482,74	109,69%
Total do custo da energia elétrica adquirida	**100%**	**2.667,29**	**100%**	**1.416,98**	**88,24%**

Custo da Energia Adquirida (R$ mil)



1.2.03.02 – Balanço Energético

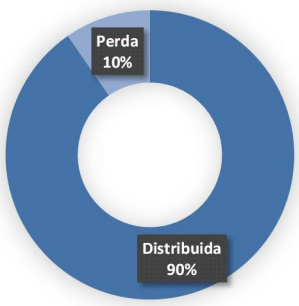
Através do Balanço Energético, apuram-se as perdas de energia elétrica. As perdas se subdividem em Perdas Técnicas e Perdas Não Técnicas.

Em GWh

Descrição	2014		2013		Variação
(+) Energia elétrica adquirida Celesc	98%	24,61	98%	22,67	8,56%
(+) Energia elétrica adquirida Proinfa	2%	0,54	2%	0,37	45,95%
(=) Total da energia elétrica adquirida	**100%**	**25,15**	**100%**	**23,04**	**9,16%**
(-) Energia elétrica distribuída	90%	22,73	89%	20,50	10,88%
(=) Perdas na distribuição	10%	2,42	11%	2,54	-4,72%

OBS: Energia elétrica (medida)

Destino da Energia Elétrica Adquirida



As Perdas Regulatórias estipuladas pela ANEEL para a CERGRAL são de 9,74%.

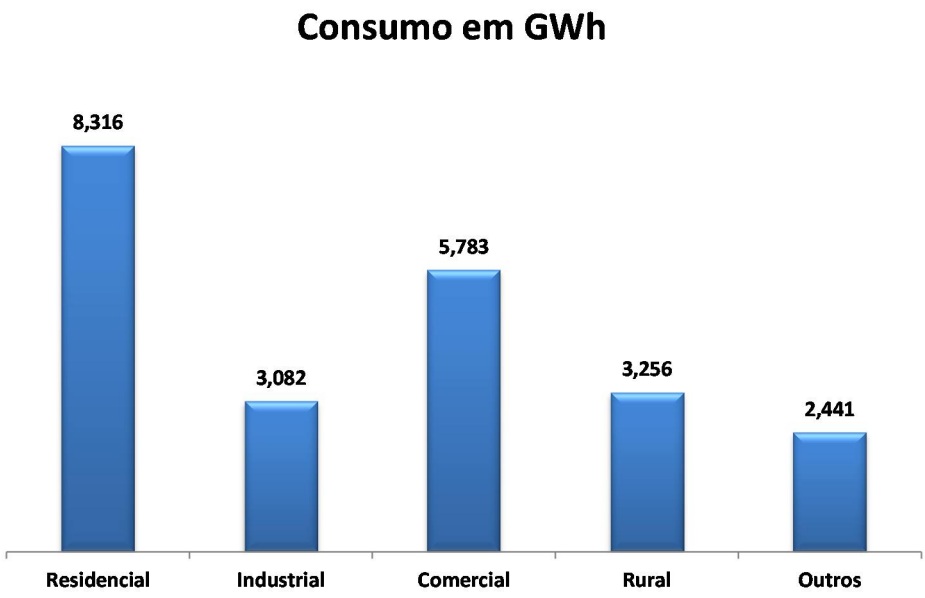
1.3.04 - DISTRIBUIÇÃO DIRETA POR CLASSE DE CONSUMO

O mercado da CERGRAL é representado por 100% de consumidores cativos, o qual apresentou um acréscimo de 10,30% quando comparado com o desempenho do exercício anterior. A classe industrial foi a que apresentou maior crescimento com 17,95%. A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

Classe	2014		2013		Variação
Residencial	36%	8,316	36%	7,401	12,36%
Industrial	13%	3,082	13%	2,613	17,95%
Comercial	25%	5,783	26%	5,374	7,61%
Rural	14%	3,256	15%	3,111	4,66%
Outros	12%	2,441	11%	2,243	8,83%
Total	100%	**22,878**	100%	**20,742**	**10,30%**

OBS: Energia elétrica (faturada)



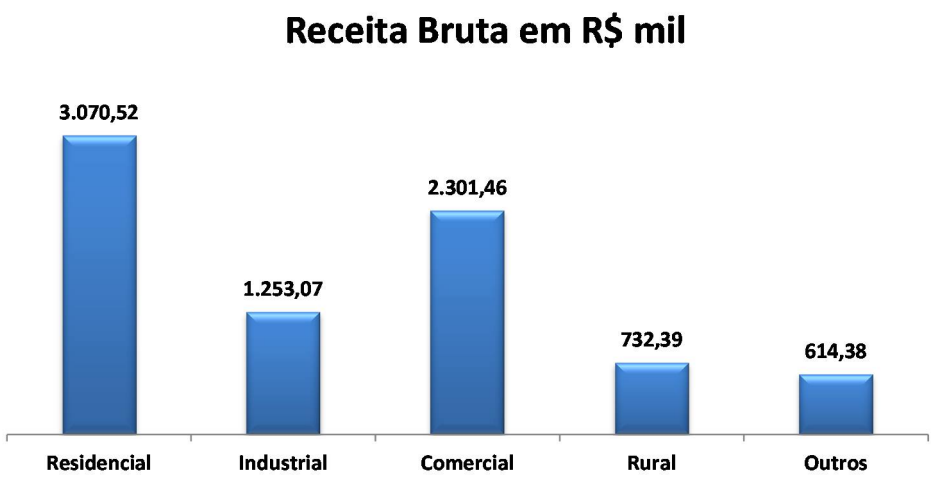
1.3.05 - RECEITA

A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R$ 7.971,82 (R$/mil), conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R$ mil

Classe	2014		2013		Variação
Residencial	39%	3.070,52	39%	2.760,26	11,24%
Industrial	16%	1.253,07	15%	1.063,13	17,87%
Comercial	29%	2.301,46	29%	2.098,76	9,66%
Rural	9%	732,39	10%	682,95	7,24%
Outros	7%	614,38	7%	540,01	13,77%
Total	100%	**7.971,82**	100%	**7.145,11**	**11,57%**

OBS: Energia elétrica (faturada)



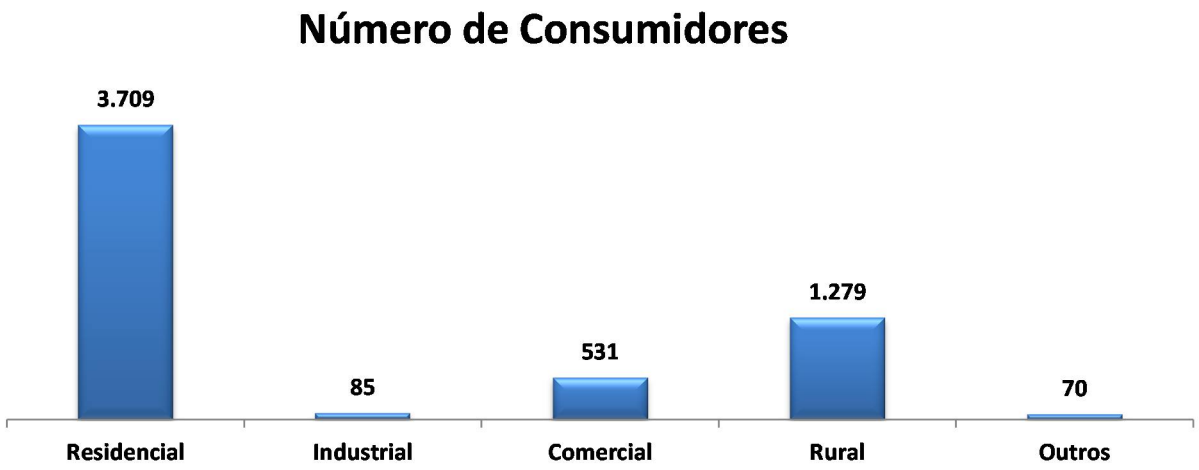
1.3.06 - NÚMERO DE CONSUMIDORES

O número de consumidores para os quais foi comercializada energia elétrica no ano de 2014 apresentou um crescimento de 3,56% em relação ao ano anterior, como se observa no quadro a seguir:

Numero de Consumidores

Classe	2014		2013		Variação
Residencial	65%	3.709	64%	3.522	5,31%
Industrial	1%	85	2%	90	-5,56%
Comercial	9%	531	10%	533	-0,38%
Rural	24%	1.279	23%	1.269	0,79%
Outros	1%	70	1%	65	7,69%
Total	100%	**5.674**	100%	**5.479**	**3,56%**

OBS: Energia elétrica (faturada)



O número de consumidores que compõem as classes industrial, comercial e outros somam 686, representando 12% do total de consumidores. Estes consumidores são responsáveis por 52% da receita da cooperativa.

Receita Bruta em R$ mil

	2014			
Classe	**Consumidores**		**Receita**	
Residencial, Rural	88%	4.988	48%	3.802,91
Industrial, Comercial, Outros	12%	686	52%	4.168,91
Total	100%	**5.674**	**100%**	**7.971,82**

Receita Bruta em R$ mil

	2013			
Classe	**Consumidores**		**Receita**	
Residencial, Rural	87%	4.791	54%	3.823,39
Industrial, Comercial, Outros	13%	688	46%	3.321,72
Total	100%	**5.479**	**100%**	**7.145,11**

1.3.07 – TARIFAS

A tarifa de energia elétrica é o preço regulado pela ANEEL que deve ser pago pelos consumidores finais como contrapartida pelo acesso à energia elétrica fornecida pela Distribuidora.

No Brasil as tarifas de energia elétrica são do tipo "Price Cap" (Tarifa pelo preço). Nesse regime regulatório o órgão regulador estabelece o preço a ser praticado para cada área de concessão ou permissão, conforme características específicas também de cada área de concessão ou permissão.

O conjunto das tarifas aplicadas aos consumidores finais por classe de consumo, no mercado da permissionária, forma a receita requerida, necessária ao equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão ou permissão.

1.3.07.01 – Tarifas Médias

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2014 era de R$ 275,37/MWh, com aumento de 7% com relação a dezembro de 2013.

Tarifa Média de Fornecimento - Em R$/MWh

Classe	2014	2013	Variação
Residencial	303,59	308,81	-1,69%
Industrial	304,95	248,15	22,89%
Comercial	298,96	262,42	13,92%
Rural	194,03	189,63	2,32%
Outros	194,50	164,43	18,29%

OBS: Sem ICMS

1.3.07.02 – Abertura das Tarifas por Classes

As tarifas de energia elétrica devem proporcionar o equilíbrio econômico financeiro calculado pelo órgão regulador. Sendo assim, cobrirão os custos não gerenciáveis ou Parcela "A" (suprimento, encargos setoriais e impostos), e os custos gerenciáveis ou Parcela "B" (operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica).

Valores em R$ mil

Composição da Tarifa		Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poder Público	Outros
Tarifa aplicada		**3.070,52**	**1.253,07**	**2.301,46**	**732,39**	**133,35**	**481,04**
Custos não gerenciáveis	**(-) Impostos**	**568,68**	**321,75**	**588,39**	**109,50**	**23,02**	**123,34**
	PIS	4,08	1,51	2,84	1,60	0,18	1,02
	COFINS	18,82	6,97	13,09	7,37	0,82	4,71
	ICMS	545,78	313,27	572,46	100,53	22,02	117,61
	(-) Encargos Setoriais	**58,77**	**21,77**	**40,86**	**23,01**	**2,56**	**14,71**
	Fiscalização	7,57	2,80	5,26	2,96	0,33	1,89
	P&D/PEE	25,24	9,35	17,55	9,88	1,10	6,32
	CDE	25,96	9,62	18,05	10,17	1,13	6,50
	(-) Custo da energia	**969,54**	**359,20**	**674,23**	**379,61**	**42,09**	**242,63**
	Energia	367,95	136,32	255,88	144,07	15,97	92,08
	PROINFA	47,86	17,73	33,28	18,74	2,08	11,98
	TUSD	553,73	205,15	385,07	216,80	24,04	138,57
(=) Residual (Custos gerenciáveis)		**1.473,53**	**550,35**	**997,98**	**220,27**	**65,68**	**100,36**

Valores em R$ mil

Parcela	Em 2014		Em 2013		Variação
Parcela A	57%	**4.563,66**	46%	**3.263,91**	40%
Parcela B	43%	**3.408,17**	54%	**3.881,21**	-12%
Tarifa Aplicada	100%	**7.971,83**	100%	**7.145,12**	12%

1.3.07.03 – Análise da Tarifa

Analisando as tarifas da CERGRAL observa-se que o valor dos custos gerenciáveis (Parcela B) por consumidor reduziu em -15% em relação ao ano anterior. As tarifas de modo geral, por consumidor, ficaram 8% superiores em relação a 2013.

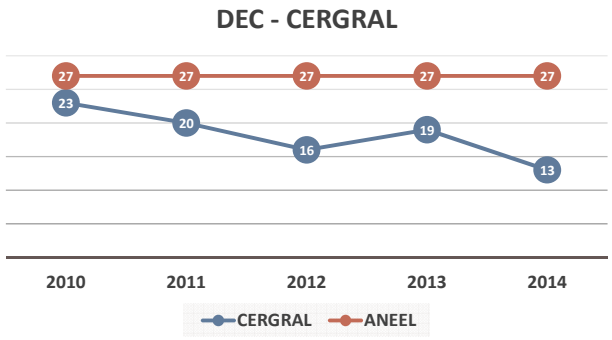
Valores em R$

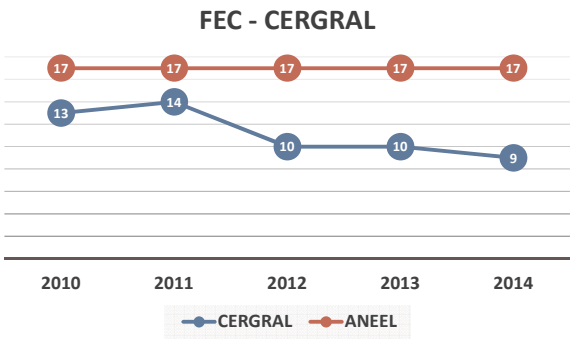
Custos	2014	2013	%
(=) Custo Não Gerenciável p/ Consumidor (A)	804,31	595,71	35%
(=) Custo Gerenciável p/ Consumidor (B)	600,66	708,38	-15%
(=) Receita por Consumidor	1.404,97	1.304,09	8%

1.3.08 – QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro abaixo:

Ano	DEC (Tempo/Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (Horas)
2010	23	13	3:07
2011	20	14	2:43
2012	16	10	1:34
2013	19	10	1:56
2014	13	9	2:16





1.3.09 - ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERGRAL não participa do Programa Luz para Todos, tendo em vista que todos os domicílios de sua área de permissão se encontram atendidos.

1.3.10 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A administração da CERGRAL se considera adequadamente atenta as tecnologias de informação no que se refere a qualidade de serviços aos seus consumidores e ao cumprimento de exigências do órgão regulador ANEEL.

A CERGRAL mantém uma página na rede mundial de computadores (www.CERGRAL.com.br), com o objetivo de modernizar o acesso a informação por parte de seus associados, consumidores e demais interessados. Estão disponíveis no referido endereço, informações corporativas e de interesse geral.

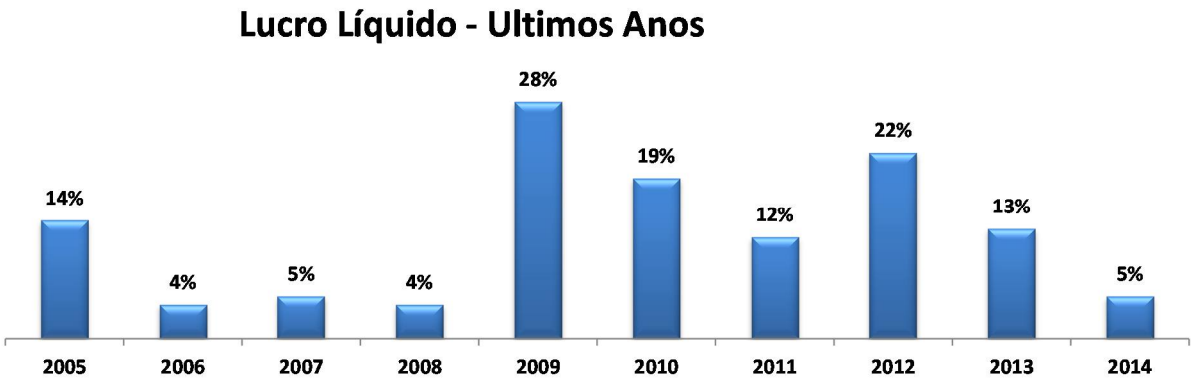
1.3.11 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2014, o resultado líquido foi de R$ 378,06 (R$/mil) contra um resultado líquido de R$ 816,62 (R$/mil) em 2013, ocasionando uma redução no resultado líquido. A Receita Operacional Líquida – ROL (Societária) atingiu R$ 7.264,39 (R$/mil) enquanto que em 2013 foi de R$ 6.413,70 (R$/mil).
As Despesas Operacionais (Societária) totalizaram em 2014 R$ 1.366,70 (R$/mil) sendo 6,23% superior em relação a 2013. O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 3,41% em relação a 2013.

Lucro(Sobra) Líquido Últimos Anos - Em R$ mil

Exercício	Valor	%
2005	536,23	14%
2006	172,37	4%
2007	223,18	5%
2008	207,54	4%
2009	1.225,05	28%
2010	1.052,51	19%
2011	638,59	12%
2012	1.374,90	22%
2013	816,62	13%
2014	378,06	5%

OBS: % Com base na ROL



O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R$ 788,61 (R$/mil) inferior em -32,39% a 2013, que foi de R$ 1.166,45 (R$/mil) conforme variação abaixo:

Valores em R$ mil

Reconciliação do Resultado Operacional	2014	2013	Variação
Resultado Operacional	226,32	832,12	-72,80%
(+/-) Resultado Financeiro	216,68	9,49	2183,25%
(+) Depreciação e Amortização	345,61	324,84	6,39%
EBITDA	**788,61**	**1.166,45**	-32,39%

1.3.12 - INVESTIMENTOS

Em 2014, os investimentos da CERGRAL importaram em R$ 636,27 (R$/mil) sendo -47,11% inferior em relação a 2013, conforme a seguir:

Investimentos em R$ mil

Classe	2014	2013	Variação
Investimentos	0,00	0,00	0,00%
Intangíveis	0,00	9,66	-100,00%
Terrenos	0,00	370,00	-100,00%
Edificações	39,99	0,00	0,00%
Máquinas e Equipamentos	596,28	790,24	-24,54%
Veículos	0,00	31,09	-100,00%
Móveis e Utensílios	0,00	1,98	-100,00%
Total	**636,27**	**1.202,97**	**-47,11%**

1.3.13 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS

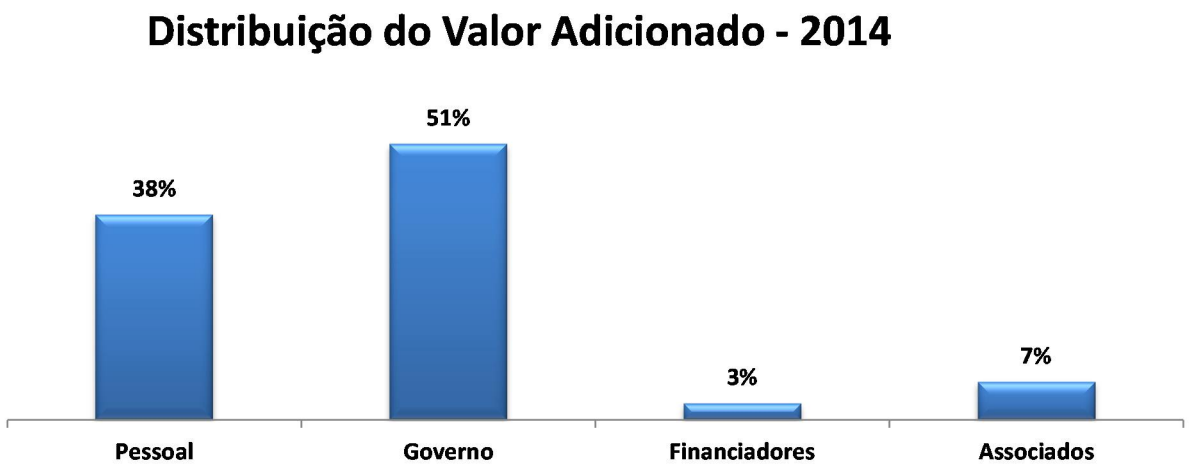
Os investimentos de 2014 foram realizados exclusivamente com recursos próprios.

1.3.14 - VALOR ADICIONADO

Em 2014, o valor adicionado gerado como riqueza pela CERGRAL foi de R$ 4.709,45 (R$/mil) representando 51,58% da Receita Operacional Bruta (Societária), com a seguinte distribuição:

Valor Adicionado em 2014 - Em R$ mil

Distribuição	Valor	%
Pessoal	1.803,83	38%
Governo	2.391,74	51%
Financiadores	135,82	3%
Associados	378,06	7%
Total	4.709,45	99%



1.3.15 - RELAÇÃO COM O MERCADO

A CERGRAL busca manter seus colaboradores atualizados, incentivando sua participação em seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos e comerciais, fazendo com que estes se aprimorem no conhecimento do setor elétrico e cooperativista.

A missão da CERGRAL é atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura e afins, promovendo a satisfação dos associados, clientes e colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A CERGRAL pretende ser a melhor empresa nos serviços que presta reconhecida por seus resultados obtidos, mantendo-se competitiva.

A CERGRAL busca os seguintes valores:

- Satisfação dos associados, cliente, colaboradores e fornecedores;
- Confiabilidade, junto aquelas com as quais a empresa se relaciona;
- Qualidade nos processos e resultados;
- Ética transparência e profissionalismo;
- Responsabilidade social e ambiental e;
- Segurança e qualidade de vida.

1.4 – A CERGRAL EM NÚMEROS

1.4.01 - Atendimento	2014	2013	Variação
Número de consumidores	5.674	5.479	3,56%
Número de empregados	37	35	5,71%
Número de consumidores por empregado	153	157	-2,55%
Número de diretores	17	17	0,00%
Número de municípios atendidos	6	6	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	6	6	0,00%

1.4.02 - Mercado	2014	2013	Variação
Área de concessão (Km2)	201	201	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	5,729	4,68	22,41%
Distribuição direta (GWh)	22,88	20,74	10,32%
Consumo residencial médio (KWh/ano)	8.316,09	7.401,16	12,36%
Tarifa médias fornecimento (R$ por MWh)	275,37	257,79	6,82%
População atendida (IBGE)	10.635	10.635	0,00%

1.4.03 - Financeiros	2014	2013	Variação
Receita operacional bruta (R$/mil)	9.140,45	8.242,41	10,90%
Receita operacional líquida (R$/mil)	7.264,39	6.413,70	13,26%
Lucro líquido (R$/mil)	378,05	816,62	-53,71%
Patrimônio líquido (R$/mil)	8.407,40	8.129,77	3,41%

1.4.04 - Performance	2014	2013	Variação
Custo Médio por Funcionário (R$)	4.579,79	4.260,28	7,50%
Energia Comprada por funcionário (MWh)	683,611	628,056	8,85%
Energia Comprada por consumidor (MWh)	4,337	4,127	5,09%

1.4.05 - Capacidade de pagamento	2014	2013	2012	Conceito	Parâmetro
Liquidez imediata	0,64	1,00	1,08	Capacidade de pagamento de todo passivo circulante apenas com disponibilidades.	Para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no disponível.
Liquidez corrente	2,30	2,78	3,52	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Endividamento geral	0,22	0,16	0,17	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Para cada R$ 1,00 no patrímonio líquido, a empresa tem de dívida.
Endividamento de curto prazo	69%	67%	64%	Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser paga a curto prazo.	Para cada R$ 1,00 de dívida, o percentual desta que será pago a curto prazo é.

1.4.06 - Atividade	2014	2013	2012	Conceito	Parâmetro
Giro do ativo (vezes)	1,11	1,03	0,91	É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o ativo em vendas	Quanto mais giro melhor.
Giro do PL (vezes)	0,92	1,01	1,29	É a quantidade de vezes que a empresa consegue transformar o capital próprio em vendas	Quanto maior melhor.
Margem bruta	22%	33%	39%	Lucro bruto percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos)	Quanto maior melhor.
Margem operacional	3%	13%	22%	Lucro operacional percentual obtido em cada venda (antes dos juros e impostos)	Quanto maior melhor.
Margem líquida	5%	13%	22%	Lucro final percentual obtido em cada venda	Quanto maior melhor.
Rentabilidade do ativo - bruta	4%	10%	18%	Representa a capacidade operacional de geração de lucro antes dos impostos e do resultado financeiro	Quanto maior melhor.
Rentabilidade do PL	4%	11%	20%	Representa a remuneração do capital próprio. Indicador final de rentabilidade.	Quanto maior melhor.

1.4.07 - Eficiência social e política	2014	2013	2012	Conceito
Faturamento por consumidor	1.404,97	1.304,09	1.444,83	Indica o valor do faturamento bruto por consumidor da cooperativa
Participação na atividade	78%	80%	79%	Indica o percentual de consumidores em relação ao total de associados.
Composição do capital	214,56	194,76	226,69	Indica qual o valor médio de capital cada sócio tem na cooperativa
Grau de representatividade	0,2%	0,2%	0,3%	Indica o percentual dos sócios conselheiros e administradores em relação ao total de associados

1.4.08 - Outros	2014	2013	2012	Conceito
Folha de pagto s/Faturamento	25%	26%	21%	Indica quanto representa o valor da folha de pagamento em relação ao faturamento bruto da cooperativa
Tributos s/Faturamento	22%	22%	23%	Indica quanto representa os tributos sobre o faturamento bruto da cooperativa
Encargos Setoriais	2%	4%	8%	Indica quanto representa os encargos setoriais sobre o faturamento bruto da cooperativa
Suprimento de Energia	33%	20%	14%	Indica quanto representa o suprimento de energia sobre o faturamento bruto da cooperativa

1.5 – BALANÇO SOCIAL

1.5.01 – RECURSOS HUMANOS

Em 2014 a CERGRAL desenvolveu seu papel social proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente no ensino superior através de recursos do SESCOOP.

A CERGRAL proporciona para todos os seus colaboradores: auxílio-alimentação, planos de saúde, odontológicos e seguro de vida. Ainda para lazer dos colaboradores, realiza eventos tais como jogos de futebol, jantares e outros.

Como forma de reconhecimento foram realizados almoços festivos em maio e dezembro/2014 para comemoração do dia do trabalhador e Natal respectivamente.

1.5.02 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CERGRAL sempre busca colaborar com a comunidade Gravatalense, através de patrocínios às escolas e associações comunitárias. No ano de 2014 desenvolveu um projeto social nas escolas, onde o objetivo do trabalho foi ensinar as crianças a economizarem energia e divulgar o cooperativismo.

Auxílio ao município de Gravatal-SC com os preparativos para o Natal, através da instalação da iluminação e decoração: nas igrejas, nas praças e nas principais ruas, onde a população pode fazer visitação e assistir shows natalinos.

CIPA CERGRAL: Os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, realizaram reuniões mensais no escritório da cooperativa, tendo como objetivo cumprir a Norma Regulamentadora n.º 5, abordando assuntos como: identificação dos riscos de cada função, fiscalização do uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção; e divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho. Tal abordagem tem como objetivo solucionar problemas de segurança e saúde.

1.5.03 - BALANÇO SOCIAL

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
Balanço Social

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Base de Cálculo	2014			2013		
Receita Líquida (RL)	7.264,39			6.413,70		
Resultado Operacional (RO)	226,32			832,12		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.241,75			2.087,46		
2 Indicadores Sociais Internos	Valor (R$/mil)	% S/FPB	%S/RL	Valor (R$/mil)	% S/FPB	%S/RL
Encargos Sociais Compulsórios	485,74	21,67%	6,69%	413,07	19,79%	6,44%
Saúde - Convênio Assist. Médica e Farmácia	34,43	1,54%	0,47%	29,08	1,39%	0,45%
Alimentação	80,63	3,60%	1,11%	35,48	1,70%	0,55%
Outros - Seguros	4,05	0,18%	0,06%	2,29	0,11%	0,04%
Total - Indicadores Laborais	604,85	26,98%	8,33%	479,92	22,99%	7,48%
3 Indicadores Sociais Externos	Valor (R$/mil)	% S/RO	%S/RL	Valor (R$/mil)	% S/RO	%S/RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.876,06	828,94%	25,83%	1.828,71	219,77%	28,51%
Total - Indicadores Sociais	1.876,06	828,94%	25,83%	1.828,71	219,77%	28,51%
4 Indicadores do Corpo Funcional	Em Unidades			Em Unidades		
Empregados ao final do período	37			35		
Admissões durante o período	2			0		
Demissões durante o período	0			1		
Empregados acima de 45 anos	15			14		
Mulheres que trabalham na empresa	6			6		
5 Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	9,3			8,6		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		

1.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1.6.01 - AGRADECIMENTOS

Diante dos resultados obtidos, a administração da CERGRAL agradece inicialmente aos seus associados e consumidores que são a razão da sua manutenção e ajudam a fazer dela uma empresa motivo de orgulho para o município de Gravatal. Agradece também as entidades de classe das quais participa FECOERUSC, OCESC e INFRACOOP. Demonstramos ainda nosso sincero reconhecimento à dedicação e empenho dos colaboradores que sempre estiveram a postos no cumprimento do seu dever, agradece ainda a todos os conselheiros que participaram ativamente das decisões mais importantes para a sociedade. E finalmente agradece as diversas superintendências da ANEEL com as quais mantivemos harmonioso e esclarecedor contato.

Estamos certos de mais uma vez termos caminhado com êxito, e com ânimo renovado, iniciaremos 2015 com a missão de evoluir ainda mais.

1.6.02 - COMPOSIÇÃO DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO

CONSELHO ADMINISTRATIVO	
Presidente:	João Vanio Mendonça Cardoso
Vice-Presidente:	Marcio Rodrigues da Luz
Secretário:	Evandro Esmeraldino
Conselheiro Efetivo:	Jerônimo Alves Santana
Conselheiro Efetivo:	Geraldo de Oliveira Albino
Conselheiro Suplente:	Jose Rafael Rodrigues Marega
Conselheiro Suplente:	Rogerio Goulart da Silva
REPRESENTANTES JUNTO A FECOERUSC	
Representante Efetivo:	Alcides Martins de Souza
Representante Efetivo:	Andreia de Souza Cardoso Assmann
Representante Suplente:	Jose Marcelino Miguel
Representante Suplente:	João de Oliveira Martins
CONSELHO FISCAL	
Conselheiro Efetivo:	Idoir Daufemback Hoepers
Conselheiro Efetivo:	Ginaldo Rafael Correa
Conselheiro Efetivo:	Moacir Martins das Neves
Conselheiro Suplente:	Antonio Tomaz Mendes
Conselheiro Suplente:	Manoel Hercílio Ferreira
Conselheiro Suplente:	Moacir Fernandes Scremin

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. SOCIETÁRIAS

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

I - Balanço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	2014	2013
Circulante		**2.887,15**	**2.369,97**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	801,06	854,54
Consumidores	6	1.178,39	930,27
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	7	(11,07)	(12,76)
Impostos e Contribuições Sociais	9	64,15	59,82
Estoques	10	38,71	47,57
Despesas Pagas Antecipadamente		6,38	6,62
Outros Créditos	8	809,53	483,91
Não Circulante		**7.246,06**	**7.029,61**
Realizável a Longo Prazo		2.924,18	2.563,13
Ativo Indenizável (Permissão)	11	2.910,27	2.538,84
Impostos e Contribuições Sociais	9	13,91	24,29
Investimentos	12	7,28	7,22
Intangível	13	4.314,60	4.459,26
TOTAL DO ATIVO		**10.133,21**	**9.399,58**

PASSIVO	NE	2014	2013
Circulante		**1.256,14**	**853,34**
Fornecedores	14	159,66	217,68
Impostos e Contribuições Sociais	9	186,49	146,82
Folha de Pagamentos e Provisões Trabalhistas	15	142,49	133,21
Encargos do Consumidor a Recolher	16	8,87	4,98
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	17	164,74	104,41
Outras Contas a Pagar	18	593,89	246,24
Não Circulante		**469,67**	**416,47**
Impostos e Contribuições Sociais	9	38,89	0,00
Provisão para Contingências	19	409,93	395,62
Outras Contas a Pagar	18	20,85	20,85
Patrimônio Líquido	21	**8.407,40**	**8.129,77**
Capital Social		1.551,04	1.339,55
Reservas de Sobras		6.508,26	6.150,90
Reservas Estatutárias		5.484,61	5.250,42
Reserva de Resultados a Realizar		1.023,65	900,48
Sobras ou Perdas Acumuladas		348,10	639,32
Sobras a Disposição da AG		348,10	639,32
TOTAL DO PASSIVO		**10.133,21**	**9.399,58**

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
II - Demonstração do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	2014	2013
Receita Operacional	22	**9.140,45**	**8.242,41**
Fornecimento de Energia Elétrica		1.030,04	2.760,27
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		6.936,23	4.336,35
Receita de Construção		627,33	846,24
Outras Receitas Operacionais		546,85	299,55
(-) Deduções da Receita Operacional	23	**1.876,06**	**1.828,71**
Tributos Sobre a Receita		1.735,18	1.553,09
Encargos Setoriais		140,88	275,62
(=) Receita Operacional Líquida	24	**7.264,39**	**6.413,70**
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	25	**5.671,37**	**4.295,05**
Energia Elétrica Comprada para Revenda		1.012,27	837,18
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		131,67	97,06
Encargo de Uso de Rede Elétrica		1.523,35	482,74
Pessoal		1.521,38	1.413,60
Material		197,80	130,51
Serviços de Terceiros		165,48	143,02
Depreciação e Amortização		324,88	304,08
Custo de Construção		627,33	846,24
Outros Custos		167,21	40,62
(=) Resultado Operacional Bruto		**1.593,02**	**2.118,65**
(-) Despesas Operacionais		**1.366,70**	**1.286,53**
Despesas com Vendas	25	5,27	2,56
Despesas Gerais e Administrativas	25	1.356,60	1.269,06
Outras Receitas e Despesas Líquidas	27	4,83	14,91
(=) Resultado do Serviço		**226,32**	**832,12**
(+) Resultado Financeiro	26	**216,68**	**9,49**
Receitas Financeiras		352,50	143,66
Despesas Financeiras		(135,82)	(134,17)
(=) Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL		**443,00**	**841,61**
(-) IRPJ	30	30,87	15,62
(-) CSLL	30	34,08	9,37
(=) Resultado Líquido do Exercício		**378,05**	**816,62**

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

III - Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Resultado Líquido do Exercício	**378,05**	**816,62**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	**(29,95)**	**(177,30)**
(+) Reversão de Reservas	261,67	270,35
Reversão da RATES	140,17	158,43
Reversão da Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	121,50	111,92
(-) Destinações de Resultados às Reservas	(291,62)	(447,65)
Destinações Estatutárias	(168,46)	(447,65)
Reserva Legal	(17,28)	(73,80)
RATES	(90,69)	(115,57)
Reversão da Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	(60,49)	(258,28)
Reserva de Resultados a Realizar	(123,16)	-
(=) Resultado Abrangente do Exercício	**348,10**	**639,32**

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Valores expressos em milhares de reais)

Mutações	Capital Social	Reservas de Sobras				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Reserva Legal	RATES	Reserva de Manut. Ampl. e Melhoria	Reserva de Resultados a Realizar		
Saldo em 31/12/2012	1.188,08	677,63	147,94	3.897,55	-	858,07	6.769,27
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	1,46	-	-	-	-	-	1,46
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	150,00	-	-	-	-	(150,00)	0,00
Destinação do Resultado - AGO							
- Aumento de Reservas	-	-	50,00	300,00	-	(350,00)	0,00
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(358,07)	358,07)
Aumento de Reservas							
-Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	900,49	0,00	900,49
Realização de Reservas							
Por Disposição Estatutária	-	-	(158,43)	(111,92)	-	270,35	-
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	816,62	816,62
Destinações Estatutárias	-	73,80	115,57	258,28	-	(447,65)	0,00
Saldo em 31/12/2013	1.339,54	751,43	155,08	4.343,91	900,49	639,32	8.129,77
Aumento de Capital:							
- Por Integralização de Quotas	99,58	-	-	-	-	-	99,58
- Por Incorporação de Sobras (AGO)	111,92	-	100,00	227,41	-	(439,33)	0,00
Destinação do Resultado - AGO							
- Aumento de Reservas	-	-	-	-	-	-	0,00
- Distribuição de Sobras	-	-	-	-	-	(200,00)	(200,00)
Aumento de Reservas							
-Ajuste a Valor Justo de Itens do Ativo	-	-	-	-	123,16	(123,16)	0,00
Realização de Reservas							
Por Disposição Estatutária	-	-	(140,18)	(121,50)	-	261,68	0,00
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	378,05	378,05
Destinações Estatutárias	-	17,28	90,69	60,49		(168,46)	0,00
Saldo em 31/12/2014	1.551,04	768,71	205,59	4.510,31	1.023,65	348,10	8.407,40

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro
V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades Operacionais		
Sobra Líquida do Exercício	**378,05**	**816,62**
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:	606,21	431,40
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1,69)	1,03
Depreciação e Amortização	348,95	327,44
Baixas do Intangível em Serviço	205,75	92,03
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38,89	-
Provisões no Passivo Não Circulante	14,31	10,90
Variações no Ativo	**930,02**	**873,44**
Consumidores	248,12	(155,62)
Impostos e Contribuições Sociais	(6,05)	5,01
Estoque	(8,86)	20,05
Despesas Pagas Antecipadamente	(0,24)	0,52
Outros Créditos	325,62	(145,22)
Outros Realizáveis	371,43	1.148,70
Variações no Passivo	**402,80**	**137,02**
Fornecedores	(58,02)	115,95
Impostos e Contribuições Sociais	39,67	(28,78)
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	9,28	16,90
Encargos do Consumidor a Recolher	3,89	(34,61)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	60,33	5,59
Outras Contas a Pagar	347,65	61,97
Total das Atividades Operacionais	**457,04**	**511,60**
Atividades de Investimento		
Participações Societárias – Outras Cooperativas	0,05	-
Aplicações no Intangível - Obras de Distribuição	352,40	590,33
Aplicações no Intangível - Instalações Gerais	57,65	383,07
Total das Atividades de Investimento	**410,10**	**973,40**
Atividades de Financiamento		
Aumentos de Capital	99,58	1,46
Aumentos de Reservas	-	900,48
Reversão de Sobras - Outras Destinações AG	(200,00)	(358,07)
Total das Atividades de Financiamento	**(100,42)**	**543,87**
Total dos Efeitos no Caixa	(53,48)	82,07
Saldo Inicial de Caixa	854,54	772,47
Saldo Final de Caixa	801,06	854,54
Variação no Caixa	(53,48)	82,07

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de Dezembro

VI - Demonstração do Valor Adicionado

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas	**9.130,35**	**8.224,95**
Venda de Energia	7.966,27	7.096,62
Receita de Construção	627,33	846,24
Prestação de Serviços	546,85	299,56
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5,27)	(2,56)
Outros Resultados Operacionais	(4,83)	(14,91)
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	**4.406,96**	**3.140,70**
Insumos Consumidos	4.406,96	3.140,70
Energia Comprada para Revenda	1.143,94	934,24
Encargo de Uso de Rede Elétrica	1.523,35	482,74
Outros Insumos Adquiridos	384,04	268,42
Material e Serviços de Terceiros	728,31	609,06
Custo da Construção	627,32	846,24
(=) Valor Adicionado Bruto	**4.723,39**	**5.084,25**
(-) Depreciações e Amortizações	**(345,61)**	**(324,84)**
(=) Valor Adicionado Líquido	**4.377,78**	**4.759,41**
(+) Valor Adicionado Transferido	**352,50**	**143,66**
Receitas Financeiras	352,50	143,66
(=) Valor Adicionado a Distribuir	**4.730,28**	**4.903,07**
Distribuição do Valor Adicionado:	**4.730,28**	**4.903,07**
Pessoal	**1.803,83**	**1.646,17**
Remunerações	1.541,48	1.446,72
Encargos Sociais - FGTS	104,99	108,90
Auxílio Alimentação	109,87	45,35
Convênio Assistencial e Outros Benefícios	47,49	45,20
Governo	**2.412,57**	**2.306,12**
Federal	727,55	815,69
Estadual	1.679,50	1.487,68
Municipal	5,52	2,75
Financiadores	**135,82**	**134,16**
Outros Encargos Financeiros	135,82	134,16
Cooperados	**378,06**	**816,62**
Sobras Retidas	378,06	816,62
Valor Adicionado (médio) por Empregado	**127,85**	**140,09**

As notas explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERGRAL está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

1.1. Principais Atividades Desenvolvidas – No decorrer do exercício social de 2014, a CERGRAL realizou predominantemente operações de distribuição e comercialização de energia elétrica aos seus associados e consumidores, serviços de manutenção, ampliação e melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica sob sua responsabilidade, de acordo com seu objeto social.

1.2. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras – as demonstrações contábeis foram autorizadas pelo conselho de administração em reunião realizada em 04 de fevereiro de 2015.

2. Da Permissão

Detém permissão conforme Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1.632 de 21 de outubro de 2008 e assinatura do contrato de permissão em 28 de novembro de 2008.

2.1. Prazo da Permissão – 20 (vinte) anos, contados a partir da data da celebração do contato.

2.2. Objetivo da Permissão – exploração, a título precário, de serviço público de energia elétrica.

2.3. Áreas de Permissão – municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

2.4. Mecanismo de Atualização das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica – O contrato de permissão também estabelece que as tarifas sejam reajustadas no mês de setembro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida para períodos anuais, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o seu equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: representa os custos "não gerenciáveis" das distribuidoras, ou seja, aqueles cujo montante e variação estão fora do controle e influência da permissionária.

Parcela B: representa os custos "gerenciáveis", inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária.

Composição da Receita Requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos Setoriais	**Receita Irrecuperável (2.4.7)**
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (2.4.1)	
Taxa de Fiscalização - TFSEE (2.4.2)	**Despesas de Operação e Manutenção (2.4.8)**
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (2.4.3)	Pessoal
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - P&D e PEE (2.4.4)	Material
	Serviços de Terceiros
	Despesas Gerais e Outras
Encargos de Transmissão (2.4.5)	**Despesas de Capital**
	Cotas de Depreciação (2.4.9)
Compra de Energia Elétrica para Revenda (2.4.6)	Remuneração do Capital (2.4.10)

2.4.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

2.4.2. Taxa de Fiscalização (TFSEE): encargo que constitui receita da ANEEL destinado a cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. É fixado anualmente e pago mensalmente.

2.4.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA): encargo para cobertura dos custos de energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado pela ANEEL anualmente e pago mensalmente pelas distribuidoras.

2.4.4. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (P&D/PEE): encargo com a finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e a competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL e se refere à

aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

2.4.5. Encargos da Transmissão: Refere-se à parcela da receita para cobrir os custos com: uso das instalações da rede básica de transmissão, uso das instalações de conexão, uso das instalações de distribuição, transporte de energia elétrica de Itaipu e com o operador nacional do sistema.

2.4.6. Compra de Energia Elétrica para Revenda: Parcela da receita destinada à cobertura dos custos com a compra de energia da empresa supridora. Os dispêndios com compra de energia para revenda constituem o item de custo não gerenciável de peso significativo para as permissionárias distribuidoras.

2.4.7. Receita Irrecuperável: Parcela da receita que busca compensar a distribuidora por receita considera irrecuperável. Esta parcela é obtida através de um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis.

2.4.8. Despesas de Operação e Manutenção: Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.9. Cotas de Depreciação: Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2.4.10. Remuneração do Capital: É a parcela da receita destinada a suprir o rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis e fiscais adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 6.404/1976 – lei das sociedades por ações, devido ao seu caráter aplicável as demais sociedades. Tomou-se também como base os pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resolução CFC nº 920/2001, 1.013/2005 e 1.282/2010. Estão ainda de acordo com a Lei 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender as normas específicas emitidas pela ANEEL.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativa e premissas que afetem os valores de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Conversão de Operações em Moeda Estrangeira - A cooperativa não possui operações denominadas em Moeda Estrangeira. A moeda funcional da cooperativa é o Real (R$).

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

4.3. Contas a Receber - Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

4.4. Estoques - Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

4.5. Não Circulante - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

4.6. Ativo Indenizável (Permissão) - Refere-se a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica, OCPC 05 – Contratos de Concessão. Até a edição da MP Nº 579/2012, convertida em Lei Federal nº 12.783/2013, o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da permissão não

amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de permissão. A MP 579/2012 confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão. Consequentemente a Cooperativa ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de Agosto de 2013 através da Nota Técnica ANEEL Nº 373 de 21 de Agosto de 2013.

A amortização do ativo intangível dos contratos de permissão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens a serviços da permissão são as seguintes:

Itens mais relevantes do ativo Não Circulante	Taxa Anual
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Medidor Eletromecânico	4,00%
Medidor Eletrônico	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Veículos	14,29%

4.7. Intangível - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições do CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e do CPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A cooperativa entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da amortização regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

4.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A cooperativa analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperável. Caso se identifique tais evidências, a

cooperativa estima o valor recuperável do ativo. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, a cooperativa reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (deterioração). Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

4.9. Benefícios a Empregados - Os pagamentos de benefícios como salário, férias vencidas ou proporcionais, e os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

4.10. Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo - Os ativos e passivos de longo prazo da cooperativa são ajustados a valor presente, quando aplicável, utilizando-se taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da cooperativa.

4.11. Provisão para Contingências - Os Passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

4.12. Receitas e Despesas - A cooperativa segue o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.12.1. Receita Não Faturada – Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue ao consumidor e não faturada, e à receita de utilização da rede de distribuição, calculada em base estimada, referentes ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

4.12.2 Receita de Construção – A ICPC 01 (R1) estabelece que a permissionária de energia elétrica deva registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1)– Contratos de Construção (serviço de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de permissão.

A cooperativa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (a) a atividade fim da cooperativa é a distribuição de energia elétrica; (b) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (c) algumas construções de infraestrutura poderão ser terceirizadas com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.13. Operações com Partes Relacionadas – A caracterização da relação existente entre as operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes.

4.14. Tributação do Resultado - A tributação dos ganhos e resultados é calculada tomando como base as operações com não associados, nos termos da legislação vigente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é apurada sobre o lucro, representado pelo resultado obtido em operações com não associados e sobre a receita de aplicação financeira e ganhos na alienação de bens, considerados tributáveis pela legislação fiscal.

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R$240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.
Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.15. Operações com Terceiros – As operações com não associados são escrituradas destacadamente de modo a permitir a apuração do resultado em separado, para o cálculo da base de incidência de tributos, em atendimento a NBCT 10.8, conforme apresentamos na Demonstração de resultado para efeito de cálculo do IRPJ e CSLL nota 30.

O resultado positivo gerado em operações com não associados, após a dedução dos tributos, são

destinados integralmente a Reserva (Fundo) de Assistência Técnica e Educacional – RATES.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	2014	2013
Caixa e Bancos				**55,67**	**61,46**
Aplicações no Mercado Aberto					
Banco do Brasil	CDB DI SWAP	17/04/2014	95,00%	272,52	405,89
Banco do Brasil	CDB DI	04/06/2014	95,00%	-	6,67
Banco do Brasil	BB Renda Fixa			1,19	-
Caixa Economica Federal	CAIXA FIC			-	5,08
Caixa Economica Federal	CAIXA FIC			33,93	32,58
Sicoob	RDC - CDI	18/09/2014	98,00%	437,75	342,86
				745,39	**793,08**
				801,06	**854,54**

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimentos de baixo risco, para resgate a partir de 90 dias.

6. Consumidores

Os valores a receber são principalmente provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da cooperativa e estão registrados no ativo circulante. Compreende o valor faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. O valor de energia elétrica não faturada é baseado em estimativa.

	Saldos	Vencidos		Total	
	Vincendos	até 90 dias	mais 90 dias	2014	2013
Consumidores					
Residencial	346,86	95,89	10,77	453,50	353,41
Industrial	113,37	49,51	0,50	163,36	127,78
Comercial	288,06	60,41	2,70	351,15	289,60
Rural	88,60	19,62	1,19	109,39	90,87
Poder Público	14,27	16,93	0,08	31,26	10,99
Iluminação Pública	40,82	-	-	40,80	32,71
Serviços Públicos	10,67	-	-	10,65	5,23
Serviços Taxados/Outros	10,43	7,24	0,65	18,30	19,68
	913,08	**249,60**	**15,89**	**1.178,39**	**930,27**

7. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da administração da cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela ANEEL. O valor apurado é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

	2014	2013
Consumidores		
Residencial	7,38	9,42
Industrial	0,51	0,47
Comercial	1,99	2,21
Rural	0,89	0,66
Multa	0,19	-
Juros	0,05	-
Outros	0,06	-
	11,07	**12,76**

8. Outros Créditos

	2014	2013
Devedores Diversos		
Empregados	22,79	21,50
Adiantamento a Fornecedores	-	-
	22,79	**21,50**
Outros Créditos		
Cheques em Cobrança	217,38	182,13
Consórcio Nacional Volkwagem	41,95	32,23
Outros Títulos e Valores Mobiliários	17,80	17,65
Diferença Mensal de Receita - DMR	18,20	13,82
Kit Instalação/Padrão Eletrobras	10,08	-
Iluminação Pública	-	-
Uso Mútuo de Postes	15,69	44,86
Cergral Geração	-	1,26
Serviços em Curso	390,96	105,89
Subvenção CDE	67,34	60,08
Outros	7,34	4,49
	786,74	**462,41**
	809,53	**483,91**

9. Impostos e Contribuições Sociais

	2014	2013
Ativo Circulante		
IRRF a Compensar	-	-
Contribuições Federais a Recuperar	22,58	20,27
IRRF s/Aplicações Financeiras	15,95	7,79
ICMS a Recuperar	25,60	31,72
CS a Compensar	0,02	0,04
	64,15	**59,82**
Ativo Não Circulante		
ICMS a Recuperar	13,91	24,29
	13,91	**24,29**
Passivo Circulante		
IRPJ a Recolher	1,39	0,34
ISS PMG a Recolher	0,03	0,03
IRRF a Recolher	0,13	0,14
ICMS a Pagar	176,63	139,03
PIS Faturamento a Recolher	1,27	1,21
CSLL a Recolher	0,84	0,20
CS na Fonte	0,33	0,28
COFINS a Recolher	5,87	5,59
	186,49	**146,82**
Passivo Não Circulante		
IRPJ Diferido	24,31	-
CSLL Diferido	14,58	-
	38,89	-

9.1. ICMS a Recuperar - Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP), instituído pela Lei Complementar n.º 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar n.º 102/2000.

9.2. Imposto de Renda a Compensar - Os valores registrados como Imposto de Renda a Compensar referem-se a créditos de valores retidos na fonte.

9.3. Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre Lucro - O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro estão representados pelo seu valor a recolher apurado por estimativa e ajustado mensalmente com base no lucro real, conforme balancete de redução, considerado o método mais vantajoso de pagamento dos tributos pela administração. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, a cooperativa adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos. A base de apuração dos tributos está demonstrada na nota 30.

A Cooperativa, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 32 Tributos Sobre o Lucro, contabiliza seu passivo fiscal diferido referente à Imposto de Renda e Contribuição Social calculado à alíquota de 34%. Esse passivo se refere ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Cooperativa.

10. Estoques

	2014	2013
Estoques		
Condutores	1,70	2,30
Estruturas	9,42	10,74
Medidores	8,06	13,81
Chaves	8,11	4,89
Transformadores	-	-
Parafusos e Ferragens	0,68	0,68
Iluminação Pública	10,74	15,15
Materiais Diversos	-	-
	38,71	**47,57**

11. Ativo Indenizável (Permissão)

O Contrato de Permissão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n. 022/2008, de 28 de Novembro de 2008 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a cooperativa (Permissionário – Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela cooperativa.

Com base nas características estabelecidas no contrato de permissão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da permissão classificado como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e;

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificado como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de

caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuada pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da permissão e; (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da permissão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A partir da Medida Provisória Nº 579/2012 a Permissionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da permissão. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado no exercício de 2013 em R$ 900,48, utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2013 através da Nota Técnica ANEEL nº 373 de 21/08/2013.

No exercício de 2014 o ativo financeiro da permissão foi ajustado com base na variação do IPCA, no valor de R$ 162,06.

A mutação dos bens da permissão, representados pelo ativo intangível da permissão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Ativo Intangível - Permissão	4.255,58	4.400,24
Ativo Intangível - Outros	59,02	59,02
Soma do Intangível	**4.314,60**	**4.459,26**
Ativo Financeiro Indenizável	2.748,21	1.638,36
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	162,06	900,48
Soma do Financeiro	**2.910,27**	**2.538,84**

	Ativo Financeiro Indenizável
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**1.426,10**
Serviços de Contrução e Melhorias	-
Amortização por Baixas/Desativação	-
Transferência para Ativo Financeiro	212,26
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	900,48
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**2.538,84**
Serviços de Contrução e Melhorias	-
Amortização por Baixas/Desativação	-
Transferência para Ativo Financeiro	209,37
Ajuste a Valor Justo do Ativo Financeiro	162,06
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**2.910,27**

12. Investimentos

		Valor	
	Participação	2014	2013
Investimentos			
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	5,56	5,56
Fecoerusc	0%	0,94	0,94
SICOOB	0%	0,78	0,72
		7,28	**7,22**

13. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Transf.Ativo Financeiro	Obrigações Especiais	Saldo
Direito de uso da permissão	8.640,89	(2.516,04)	6.124,85	(1.638,36)	(86,25)	4.400,24
Outros intangíveis	59,02		59,02	-		59,02
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**8.699,91**	**(2.516,04)**	**6.183,87**	**(1.638,36)**	**(86,25)**	**4.459,26**
Direito de uso da permissão	8.802,93	(2.596,53)	6.206,40	(1.847,73)	(103,09)	4.255,58
Outros intangíveis	59,02		59,02	-		59,02
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**8.861,95**	**(2.596,53)**	**6.265,42**	**(1.847,73)**	**(103,09)**	**4.314,60**

13.1. Contrato de Permissão - O ativo intangível da permissão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela CERGRAL, com expectativa de amortização por ano, limitados ao prazo da permissão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da permissão, será alocado como contas a receber vinculadas a permissão.

13.2. Obrigações Especiais - As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão. As referidas obrigações não são passivos onerosos nem créditos dos associados.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações é a data de término da permissão. Após o segundo ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição, a característica destas obrigações sofreu modificação, tanto que o saldo das novas adições passou a ser amortizado contabilmente. A amortização é calculada com base na taxa média de amortização dos ativos correspondentes.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

13.3. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – *Impairment* - A CERGRAL tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a cooperativa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- Menor nível de unidade geradora de caixa: permissão detida;
- Valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos

impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil e;

- Apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

A administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da concessão de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

13.4. Valor de Recuperação do Ativo Intangível (Vida Útil Definida) - A cooperativa avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

14. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento de Energia Elétrica		
Celesc Distribuidora S.A.	73,40	217,25
	73,40	**217,25**
Material e Serviço		
Conex Eletromecanica Ind.e Com. Ltda	81,29	
D´March Com.Materiais Eletricos	1,05	-
Daf Informatica Ltda	-	0,43
HNCA Computadores e Sistemas	0,86	
Reluz Com.Materiais Eletricos	3,06	-
	86,26	**0,43**
	159,66	**217,68**

15. Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas

	2014	2013
Provisões Trabalhistas		
Férias	103,14	95,70
Encargos Sociais sobre Férias	39,35	37,51
	142,49	**133,21**
	142,49	**133,21**

As obrigações estimadas estão representadas pela Provisão para remuneração de férias e encargos sociais correspondentes.

16. Encargos do Consumidor a Recolher

	2014	2013
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8,87	4,98
Proinfa	0,00	0,00
	8,87	**4,98**

17. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	FNDCT	MME	P&D	PEE	Total
Em 2012	**2,21**	**1,11**	**33,10**	**62,40**	**98,82**
Constituições	10,27	5,13	10,28	25,41	51,09
Juros Selic	-	-	1,90	5,10	7,00
Realização	-	-	(35,94)	-	(35,94)
Recolhimentos	(11,04)	(5,52)	-	-	(16,56)
Em 2013	**1,44**	**0,72**	**9,34**	**92,91**	**104,41**
Constituições	13,89	6,94	13,89	34,72	69,44
Juros Selic	-	-	1,35	8,44	9,79
Realização	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(12,60)	(6,30)	-	-	(18,90)
Em 2014	**2,73**	**1,36**	**24,58**	**136,07**	**164,74**

18. Outras Contas a Pagar

	2014	2013
Passivo Circulante		
Outras Contas a Pagar		
Consumidores	11,31	11,40
Convênios de Arrecadação	580,83	233,09
Taxa de Fiscalização	1,75	1,75
	593,89	**246,24**
Outros Passivo Não Circulante		
Outros Credores - Capital Social a Devolver	20,85	20,85
	20,85	**20,85**

19. Provisão para Contingências

	2014			2013		
	Valor da Provisão		Depósito	Valor da Provisão		Depósito
	No Exercício	Acumulada	Judicial	No Exercício	Acumulada	Judicial
Fiscais						
PIS S/Receita Bruta	2,55	73,00	Sem dep.	1,94	70,45	Sem dep.
COFINS S/Receita Bruta	11,76	336,93	Sem dep.	8,96	325,17	Sem dep.
	14,31	**409,93**		**10,90**	**395,62**	

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos - A cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os instrumentos financeiros são:

Caixa e Equivalentes de Caixa: apresentados na nota 5;

Contas a Receber - Consumidores: apresentados na nota 6;

20.2. Valor Justo

	2014		2013	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Instrumentos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	55,66	55,66	61,46	61,46
Contas a receber	1.178,39	1.178,39	930,27	930,27
Ativo Indenizável (Permissão)	2.910,27	2.910,27	2.538,84	2.538,84
Outros	235,18	235,18	199,78	199,78
	4.379,50	**4.379,50**	**3.730,35**	**3.730,35**

20.3. Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
Instrumentos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	55,66	55,66
Contas a receber	-	-	-	1.178,39	1.178,39
Ativo Indenizável (Permissão)	-	-	2.910,27	-	2.910,27
Títulos e valores mobiliários	-	235,18	-	-	235,18
	-	**235,18**	**2.910,27**	**1.234,05**	**4.379,50**

20.4. Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

20.4.1. Risco de Crédito: advém da possibilidade da cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras geradas por operações de aplicação financeira.

20.4.2. Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

21. Patrimônio Líquido

21.1. Capital Social

21.1.1. Composição do Capital Social: O capital social é representado por 1.551,04 mil quotas no valor de R$ 1,00 cada quota, em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013 estava representada por 1.339,55 mil quotas no valor de R$ 1,00 cada quota.

21.1.2. Movimentação do Capital Social: De acordo com a legislação cooperativista, a conta Capital Social é movimentada nas seguintes hipóteses:

- Na admissão do cooperado, pela subscrição do valor das quotas – partes fixadas no estatuto social;
- Pela subscrição de novas quotas – partes;
- Pela capitalização de sobras e pela incorporação de reservas, exceto as indivisíveis e;
- Pela retirada do cooperado, por demissão, eliminação ou exclusão.

O capital social está representado pelo valor totalmente integralizado, correspondendo a participação de 7.229 associados em 31 de dezembro de 2014, no ano de 2013 eram 6.856 associados.

21.2. Natureza e Finalidade das Reservas

21.2.1. Reserva Legal: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória (Fundo de Reserva) nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 10% das sobras do exercício social, de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral e se destina à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

21.2.2. Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social: de caráter indivisível para distribuição entre os associados, é de constituição obrigatória nos termos da Lei n.º 5.764/1971. Tem como base a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, destinando-se a cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos associados e seus dependentes, assim como de seus colaboradores.

21.2.3. Reserva de Ampliação, Manutenção e Melhoria: é constituído estatutariamente por 35% das sobras líquidas do exercício social, de eventuais destinações da Assembleia Geral e se destina a cobrir investimentos e/ou despesas de manutenção e ampliação das redes de distribuição.

21.2.4. Reserva de Lucros a Realizar: é constituída de resultados não realizados originários do ajuste a valor justo de ativos, líquidos das provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social.

21.3. Sobras a Disposição da Assembleia Geral Ordinária – são as sobras líquidas das destinações das reservas acrescidas as suas reversões. Ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação, conforme demonstrado no quadro a seguir.

	2014	2013
Resultado do Exercício	**378,05**	**816,62**
Destinações		
RATES	90,69	115,57
Reserva Legal	17,28	73,80
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	60,49	258,28
Reserva de Resultados a Realizar	123,16	-
	291,62	**447,65**
Realização de Reservas		
RATES	140,18	158,43
Reserva de Manutenção, Ampliação e Melhoria	121,49	111,92
	261,67	**270,35**
Sobras a Disposição da AGO	**348,10**	**639,32**

22. Ingresso/Receita Operacional

	2014	2013
a) Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	401,48	1.076,80
Industrial	163,84	414,73
Comercial, Serviços e Outras Atividades	287,61	805,35
Rural	95,76	266,42
Poder Público	17,44	45,00
Iluminação Pública	48,65	136,22
Serviço Público	12,86	25,55
Renda Não Faturada	2,40	(9,80)
	1.030,04	**2.760,27**
b) Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		
Residencial	2.669,04	1.683,46
Industrial	1.089,23	648,40
Comercial, Serviços e Outras Atividades	2.000,53	1.280,01
Rural	636,63	416,53
Poder Público	115,91	70,35
Iluminação Pública	323,42	212,97
Serviço Público	85,50	39,94
Renda Não Faturada	15,96	(15,31)
	6.936,23	**4.336,35**
c) Receita de Construção	**627,33**	**846,24**
d) Outras Receitas Operacionais		
Uso Mútuo de Postes	94,17	89,72
Doações, Contribuições e Subvenções	415,85	182,22
Rendas de Prestação de Serviços	2,97	3,12
Serviço Taxado	20,80	18,06
Outras Receitas	13,06	6,43
	546,85	**299,55**
	9.140,45	**8.242,41**

23. Deduções da Receita/Ingresso

	2014	2013
Tributos Sobre a Receita		
COFINS	51,77	60,64
PIS	11,22	13,14
ICMS	1.671,67	1.478,86
ISS	0,52	0,45
	1.735,18	**1.553,09**
Encargos Setoriais		
Quota para RGR	-	7,85
CCC	-	72,08
CDE	71,43	144,59
P&D e PEE	69,45	51,10
	140,88	**275,62**
	1.876,06	**1.828,71**

24. Receita Operacional Líquida

	Receita Bruta	PIS/PASEP e COFINS	ICMS	Encargos do Consumidor	ISS	Receita Líquida
Em 2014						
Fornecimento de Energia Elétrica	1.030,04	(8,39)	(210,88)	(17,53)	-	793,24
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	6.936,23	(54,60)	(1.460,79)	(123,35)	-	5.297,49
Receita de Construção	627,33	-	-	-	-	627,33
Outras Receitas Operacionais	546,85	-	-	-	(0,52)	546,33
	9.140,45	**(62,99)**	**(1.671,67)**	**(140,88)**	**(0,52)**	**7.264,39**
		-	**-**	**-**	**-**	
Em 2013						
Fornecimento de Energia Elétrica	2.760,27	(28,92)	(571,78)	(114,73)	-	2.044,84
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	4.336,35	(44,86)	(907,08)	(160,89)	-	3.223,52
Receita de Construção	846,24	-	-	-	-	846,24
Outras Receitas Operacionais	299,55	-	-	-	(0,45)	299,10
	8.242,41	**(73,78)**	**(1.478,86)**	**(275,62)**	**(0,45)**	**6.413,70**

25. Dispêndios/Custos e Despesas

	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e aminist.	Outras rec.(desp.) líquidas	Total
Em 2014 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.012,27)	-	-	-	(1.012,27)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(131,67)	-	-	-	(131,67)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(1.523,35)	-	-	-	(1.523,35)
Pessoal e Administradores	(1.521,38)	-	(720,38)	-	(2.241,76)
Material	(197,80)	-	(58,26)	-	(256,06)
Serviços de Terceiros	(165,48)	-	(306,77)	-	(472,25)
Depreciação e Amortização	(324,88)	-	(20,73)	-	(345,61)
Custo de Contrução	(627,33)	-	-	-	(627,33)
Outros Custos e Despesas	(167,21)	(5,27)	(250,46)	(4,83)	(427,77)
	(5.671,37)	**(5,27)**	**(1.356,60)**	**(4,83)**	**(7.038,07)**
			-		
Em 2013 - Natureza dos Gastos					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(837,17)	-	-	-	(837,17)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(97,06)	-	-	-	(97,06)
Encargo de Uso de Rede Elétrica	(482,74)	-	-	-	(482,74)
Pessoal e Administradores	(1.413,61)	-	(673,85)	-	(2.087,46)
Material	(130,52)	-	(51,35)	-	(181,87)
Serviços de Terceiros	(143,02)	-	(284,17)	-	(427,19)
Depreciação e Amortização	(304,07)	-	(20,77)	-	(324,84)
Custo de Contrução	(846,24)	-	-	-	(846,24)
Outros Custos e Despesas	(40,62)	(2,56)	(238,92)	(14,91)	(297,01)
	(4.295,05)	**(2,56)**	**(1.269,06)**	**(14,91)**	**(5.581,58)**

25.1. Custo de Construção – Corresponde aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, deve ser registrada como custo. Em contrapartida registra a receita correspondente, decorrente do direito de receber, via tarifa, o valor investido.

26. Detalhamento do Resultado Financeiro

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	86,03	57,15
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	90,77	76,89
Ajuste a Valor Justo de Ativos	162,06	-
Outras Receitas Financeiras	13,64	9,62
	352,50	**143,66**
(-) Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	108,80	95,99
IOF	2,50	1,40
Outras Despesas Financeiras	24,52	36,78
	135,82	**134,17**
	216,68	**9,49**

27. Detalhamento de Outras Receitas e Despesas

	2014	2013
Outras Receitas		
Ganhos na Alienação de Bens	-	9,30
Outras Receitas	7,03	10,55
	7,03	**19,85**
(-) Outras Despesas		
Perdas na Desativação de Bens	7,75	31,03
Perdas na Alienação de Bens	4,11	3,73
Outras Despesas	-	-
	11,86	**34,76**
(=) Resultado de Outras Receitas e Despesas	**(4,83)**	**(14,91)**

28. Informações por Segmento e Atividades de Negócios

28.1. Segmentos e Atividades de Negócios

28.1.1. Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: **a)** distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; **b)** permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores e; quando for o caso, **c)** garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

28.1.2. Comercialização de Energia: refere-se à atividade de compra e venda de energia elétrica, composta de móveis e utensílios, equipamentos de informática e comunicação.

28.2. Áreas Geográficas - Os segmentos e atividades de negócios de distribuição e comercialização de energia elétrica são desenvolvidos nos municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina.

28.3. Resultados

	2014		
	Atividades de Negócios		
	Distribuição	Comercialização	Total
Receita Operacional Líquida	**6.393,35**	**871,04**	**7.264,39**
Custos dos Serviços	4.151,90	1.519,47	5.671,37
Resultado Operacional Bruto	**2.241,45**	**(648,43)**	**1.593,02**
Despesas Operacional	1.201,22	165,48	1.366,70
Resultado Antes do Resultado Financeiro	**1.040,23**	**(813,91)**	**226,32**
Receitas Financeiras	251,61	100,89	352,50
Despesas Financeiras	(121,78)	(14,04)	(135,82)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	**1.170,06**	**(727,06)**	**443,00**
Tributos Sobre o Lucro	-	-	64,95
Resultado Líquido do Período	**1.170,06**	**(727,06)**	**378,05**
Resultado Líquido do Período em 2013	**277,97**	**563,64**	**816,62**

28.4. Principais Clientes - As receitas provenientes de um cliente do Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no exercício social de 2014 chegaram a perfazer um montante de R$ 297 mil, representando cerca de 3,73% do total das receitas da cooperativa.

29. Partes Relacionadas

A administração da cooperativa entende que os relacionamentos com pessoas físicas e jurídicas estabelecidas em sua área de atuação não se caracterizam pelo interesse econômico, devido à ausência de controle através do capital social nas sociedades cooperativas.

O interesse do associado em relação à cooperativa restringe-se a obtenção do serviço e não a remuneração do investimento (capital), influência nas deliberações ou controle econômico, motivo pelo

qual os relacionamentos com fornecedores de bens e serviços à cooperativa, por associados, são considerados como partes não relacionadas.

	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Pessoal chave da administração						
Presidência e conselhos	-	-	219,36	-	-	203,99
Encargos sociais	-	-	43,92	-	-	43,02
	-	-	**263,28**	-	-	**247,01**

30. Demonstração de Resultado para Efeito de Cálculo do IRPJ e CSLL

Demonstração de Resultado por Ato Cooperativo e Não Cooperativo – 2014

Contas	Operações com		Soma	Operações Sujeitas ao RTT	Total
	Associados	Terceiros			
1 - Receita Operacional Bruta	**8.320,89**	**192,22**	**8.513,11**	**627,33**	**9.140,44**
2 - Deduções da Receita Bruta	**1.851,37**	**24,68**	**1.876,05**	**0,00**	**1.876,05**
2.1 - Impostos e Contrib. Sobre a Receita	1.713,68	21,50	1.735,18	0,00	1.735,18
2.2 - Encargos Setoriais	137,69	3,18	140,87	0,00	140,87
3 - Receita Operacional Líquida (1-2)	**6.469,52**	**167,54**	**6.637,06**	**627,33**	**7.264,39**
4 – Custo do Serviço de Energia Elétrica	**4.159,51**	**96,09**	**4.255,60**	**627,33**	**4.882,93**
5 - (=) Resultado Operacional Bruto (3-4)	**2.310,01**	**71,45**	**2.381,46**	**0,00**	**2.381,46**
6 - Despesas Operacionais	**2.132,46**	**(36,76)**	**2.095,70**	**(162,06)**	**1.933,64**
Despesas Gerais e Administrativas	2.101,75	48,55	2.150,30	0,00	2.150,30
Despesas Menos Receitas Financeiras	30,71	(85,31)	(54,60)	(162,06)	(216,66)
7 - Resultado Não Operacional	**(4,71)**	**(0,11)**	**(4,82)**	**-**	**(4,82)**
8 – Result. Liq. Exerc. Antes Tributação (5-6+7)	**172,84**	**108,10**	**280,94**	**162,06**	**443,00**
9 - Tributos Incidentes Sobre o Resultado	**0,00**	**26,06**	**26,06**	**38,89**	**64,95**
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	0,00	16,28	16,28	24,31	40,59
Contribuição Social S/Lucro Líquido - CSLL	0,00	9,78	9,78	14,58	24,36
10 - Resultado Líquido do Exercício (8-9)	**172,84**	**82,04**	**254,88**	**123,17**	**378,05**
Resultado Líquido do Exercício em 2013	**737,95**	**78,67**	**816,62**	**0,00**	**816,62**

31. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo a frota de veículos da entidade conforme descrito a seguir:

Item	Descriçao do Bem	Vigência	Importância Segurada	Prêmio Total
	Veículos			
1	Toyota Hilux ano 2010 Placa MHQ2924	02/07/2015	50,00	0,75
2	Toyota Hilux ano 2010 Placa MII0474	02/07/2015	50,00	0,75
3	Moto Honda CG 150 ano 2012 Placa MKL6456	02/07/2015	50,00	0,51
4	Moto Honda NXR 150 ano 2012 Placa MKL1366	02/07/2015	50,00	0,51
5	Moto Honda NXR 150 ano 2012 Placa MKL1496	02/07/2015	50,00	0,51
6	Moto Honda NXR 150 ano 2012 Placa MKL6696	02/07/2015	50,00	0,51
7	Fiat Strada Working 1.4 ano 2013 Placa MKZ8393	02/07/2015	50,00	0,55
8	Caminhão VW 8.150 ano 2010 Placa MHR2057	02/07/2015	50,00	0,78
9	Caminhão VW 15.180 ano 2010 Placa MIR0381	02/07/2015	50,00	1,04
10	Automovel VW Gol 1.6 Power ano 2011 Placa MIW6356	21/09/2015	50,00	1,94
			500,00	**7,86**
	Máquinas e Equipamentos			
1	Religadores	16/05/2015	150,00	4,09
			150,00	**4,09**
	Edificações			
1	Prédio Sede	14/06/2015	200,00	1,32
			200,00	**1,32**
		TOTAL	**850,00**	**13,27**

32. Contingências

32.1. Provisão PIS/COFINS Sobre Ato Cooperativo Não Reconhecido – Notificação Fiscal - As Leis n.ºs 9.715/98 e 9.718/98 alteradas parcialmente por Medidas Provisórias até a de n.º 2158-35/2001, pelas Leis n.ºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002, 10.676 de 22 de maio de 2003 e 10.684 de 30 de maio de 2003, implementadas com a Instrução Normativa – IN n.º 145 da Secretaria da Receita Federal – SRF de 09 de dezembro de 1999, IN – SRF n.º 247 de 21 de novembro de 2002, e IN – SRF n.º 358 de 9 de setembro de 2003, estabeleceram que a contribuição para o PIS e a COFINS são devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, calculadas com base no faturamento a partir de 1 de fevereiro de 1999, aplicando-se, todavia às sociedades cooperativas sobre os fatos geradores a partir de novembro de 1999. Em 24 de março de 2006 foi editada a IN – SRF n.º 635 dispondo sobre a contribuição ao PIS e da COFINS, cumulativas e não cumulativas devidas pelas cooperativas em geral.

Com o advento da Lei n.º 10.684, houve grande evolução no entendimento da não incidência da contribuição para o PIS e da COFINS sobre o ato cooperativo, notadamente quando determinou, em seu Art. 17, a exclusão dos *valores dos serviços prestados pelas cooperativas de eletrificação rural a seus associados* da base de cálculo do tributo. Com isso a administração da cooperativa entende que somente as operações praticadas com não associados geram receitas sujeitas a incidência de contribuição ao PIS e da COFINS.

Através de ação fiscalizadora, concluída em 22 de novembro de 2006, a Secretaria de Receita Federal lavrou auto de infração, protocolado em 07 de dezembro de 2006, por suposta falta/insuficiência de recolhimento da Contribuição ao PIS e da COFINS no período de novembro de 2001 a junho de 2006. O procedimento fiscal tomou como base de cálculo a totalidade das receitas, excluindo os gastos com geração e distribuição de energia elétrica e a parcela das sobras destinada aos fundos legais.

Em 20 de dezembro de 2006 a cooperativa interpôs defesa administrativa argumentando a não incidência de tributo sobre o ato cooperativo. A cooperativa destacou ainda em sua defesa a ausência dos valores correspondentes aos demais gastos, inclusive financeiros, a serviço do associado e a integralidade das sobras, entre as exclusões da base de cálculo utilizada pela autoridade fiscal.

Diante do auto de infração, a cooperativa reconheceu como **provável** sua materialização e seus efeitos contabilizados mediante provisão, segundo as bases utilizadas pela autoridade fiscalizadora, ajustada pelas exclusões dos gastos administrativos, financeiros e o restante das sobras, conforme argumenta em sua defesa.

Composição da provisão em 31 de dezembro:

2013	PIS	COFINS	Total
Valor do Tributo	24,50	113,10	137,60
Acréscimos Moratórios			
- Multa	18,38	84,82	103,20
- Juros	27,57	127,25	154,82
	45,95	**212,07**	**258,02**
	70,45	**325,17**	**395,62**

2014	PIS	COFINS	Total
Valor do Tributo	24,50	113,10	137,60
Acréscimos Moratórios			
- Multa	18,38	84,82	103,20
- Juros	30,12	139,01	169,13
	48,50	**223,83**	**272,33**
	73,00	**336,93**	**409,93**

32.2. Tratamento Contábil para o Valor da Provisão - Os valores do tributo e seus acréscimos até 31 de dezembro de 2005 foram levados à conta de sobras a disposição da Assembléia Geral Ordinária como ajuste de exercícios anteriores. Os valores do tributo e seus acréscimos de janeiro a junho de 2006 e sua atualização foram levados à conta de despesa com provisão.

32.3. Tratamento do Tributo Após o Período Notificado - Mesmo discordante a cooperativa passou a recolher o tributo conforme a metodologia constante do auto de infração a partir da competência julho/2006.

Em 12 de janeiro de 2015 a cooperativa foi novamente notificada acerca da sua defesa que tramitava na esfera administrativa. De acordo com a notificação, os membros da quarta câmara da segunda turma ordinária da terceira seção de julgamento acordaram em não reconhecer da matéria na parte preclusa. A parte preclusa refere-se a matéria já discutida na esfera judicial quanto a não incidência dos tributos sobre os atos cooperativos. Na parte conhecida negaram a exclusão das despesas financeiras e administrativas da base de cálculo dos tributos requerida na defesa.

O valor notificado encontre-se na fase de cobrança com prazo de vencimento de trinta dias em andamento.

A administração da cooperativa não se conforma com a exigência dos valores notificados e estuda outras medidas contra a sua exigibilidade, paralelamente ao seu pagamento.

32.4. Proibição ao Crédito do ICMS nas Aquisições de Bens Destinados a Prestação do Serviço da Cooperativa – Ativo Permanente (CIAP) – O crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados a destinados a prestação do serviço da cooperativa – Ativo Permanente (CIAP) é matéria consagrada na legislação federal e estadual, sendo pacífica a sua utilização em 48 parcelas a partir da aquisição do bem. Contudo, o fisco catarinense tem se manifestado contrariamente a utilização do crédito quando referente a bens destinados a construção de redes de energia elétrica, argumentando tratar-se de construção civil, sendo matéria tributária municipal.
A administração da cooperativa discorda das manifestações do fisco amparada nas disposições da Lei Complementar n.º 87 e na ausência de vedações expressas na legislação sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

Em 15 de fevereiro de 2007 foi editada a Lei 13.992, dispondo, entre outros assuntos, sobre alterações na Lei 10.297, de 26 de dezembro de 1996. Uma das alterações tratou sobre a dispensa das cooperativas de eletrificação rural de *estornarem os créditos fiscais de ICMS*, advindos das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado no período de dezembro de 2001 a dezembro de 2006, sinalizando no sentido da proibição do crédito para os períodos seguintes.

Caso a intenção do fisco seja a de proibir a utilização do crédito de ICMS, sem fazer distinção a determinado tipo de bem, os valores correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2006, assim como

os créditos gerados a partir de janeiro de 2007 não poderão ser utilizados e deverão compor o custo das aquisições, complementarmente.

Diante da ausência de notificação formal por parte do fisco catarinense e do caráter inovador da matéria, a administração da cooperativa decidiu manter a apropriação dos créditos de ICMS nas aquisições de bens do ativo imobilizado destinados a construção de redes de distribuição, classificando como possível os efeitos contrários a sua utilização.

33. Outras Informações

33.1 Subvenção CDE – Desconto Tarifário

Valor a ser repassado pela ELETROBRAS, para compensar os descontos aplicados nas tarifas do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605 de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE e homologados pela ANEEL em processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 60,08 mil reais (nulo em 2012).

33.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Em Julho de 2013 a CERGRAL passou por Revisão Tarifária Extraordinária, homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.570 de 16 de julho de 2013. As tarifas da base econômica da CERGRAL, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.208, de 20 de setembro de 2011, ficaram, em média, reposicionadas -28,32%. O processo de Revisão Tarifária Extraordinária foi necessário para que as mudanças trazidas para o setor elétrico, pela Medida Provisória Nº 579/2012, pudessem ser aplicadas as permissionária.

33.3. Revisão Tarifária Periódica – Primeiro Ciclo

Em agosto de 2013 foi encerrado o primeiro ciclo de Revisão Tarifária Periódica da CERGRAL, após o processo ter sido postergado em doze meses, em função da demora na definição de uma metodologia de revisão tarifária aplicável às permissionárias. O resultado da revisão foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.600 de 27 de agosto de 2013. As tarifas da base econômica da CERGRAL, constantes do Anexo II da Resolução Homologatória nº 1.208, de 20 de setembro de 2011, ficaram, em média, reposicionadas em -9,76%, sendo -10,46% referente ao reposicionamento tarifário econômico e 0,70%, relativos aos componentes financeiros pertinentes. As tarifas de aplicação, constantes do Anexo I, que contemplam o respectivo reposicionamento tarifário econômico e os componentes financeiros pertinentes, ficaram em vigor no período de 28 de setembro de 2012 a 27 de setembro de 2013.

33.4. Reajuste Tarifário

Em Setembro de 2013 a CERGRAL passou também pelo processo de reajuste tarifário. O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.620 de 24 de setembro de 2013. As tarifas da base econômica da CERGRAL, constantes do Anexo II, da Resolução Homologatória nº 1.570, de 16 de julho de 2013, ficaram em média, reposicionadas em 20,49%, sendo, 25,94% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -5,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

Em Setembro de 2014 a CERGRAL passou também pelo processo de reajuste tarifário. O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.799 de 23 de setembro de 2014. As tarifas da base econômica da CERGRAL, constantes do Anexo II, da Resolução Homologatória nº 1.620, de 24 de setembro de 2013, ficaram em média, reposicionadas em 7,86%, sendo, 8,71% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,85% relativos aos componentes financeiros pertinentes.

33.5. Avais – Não existem avais concedidos em nome da cooperativa em favor de funcionários, diretores, associados ou terceiros.

33.6. Balanço Social – As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e, portanto, não foram auditadas.

33.7. ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão – A CERGRAL elaborou as presentes demonstrações contábeis em consonância com o que determina a legislação societária. Para fins de melhor apuração do resultado da atividade regulada e em atendimento a Resolução ANEEL n.º 396/2010, elaboramos também as Demonstrações Contábeis Regulatórias as quais serão objeto de publicação específica e encaminhada à ANEEL juntamente com a Prestação Anual de Contas do exercício.

Gravatal, 31 de dezembro de 2014.

João Vanio Mendonça Cardoso
Diretor Presidente
702.273.819-07

Luana Mendes Leandro
Contadora
CRC/SC-035589/O-5

3 – RELATÓRIO DA AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS SOCIETÁRIAS

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL
Gravatal - SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São José (SC), 03 de fevereiro de 2015.

Hermenegildo João Vanoni
Contador – CRC-SC 14.874/O-7

***AUDICONSULT* Auditores S/S**
CRC-SC 4.012

4 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E N.E. REGULATÓRIAS

Cooperativa de Eletricidade de Gravatal
CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
I - Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota de Ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante							
Consumidores, concessionárioas e permissionárias	[4]	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	[5]	6,38	103,92	110,30	6,62	108,14	114,76
Outros ativos circulantes não afetados		2.880,77	-	2.880,77	2.363,35	-	2.363,35
		2.887,15	**103,92**	**2.991,07**	**2.369,97**	**108,14**	**2.478,11**
Não Circulante							
Consumidores, concessionárioas e permissionárias	[4]	-	-	-	-	-	-
Créditos fiscais diferidos	[6]	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	[5]	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro permissão		2.910,27	(2.910,27)	-	2.538,84	(2.538,84)	-
Outros ativos não circulantes não afetados		13,91	-	13,91	24,29	-	24,29
		2.924,18	**(2.910,27)**	**13,91**	**2.563,13**	**(2.538,84)**	**24,29**
Investimentos	[7]	7,28	-	7,28	7,22	-	7,22
Imobilizado	[8]						
Em serviço		-	13.255,21	13.255,21	-	13.023,37	13.023,37
(-) Reintegração Acumulada		-	(4.933,64)	(4.933,64)	-	(4.694,25)	(4.694,25)
Em curso		-	305,00	305,00	-	293,70	293,70
		-	**8.626,57**	**8.626,57**	-	**8.622,82**	**8.622,82**
Intangível	[9]						
Em serviço		4.009,60	(3.956,75)	52,85	4.165,56	(4.112,71)	52,85
Em curso		305,00	(305,00)	-	293,70	(293,70)	-
		4.314,60	**(4.261,75)**	**52,85**	**4.459,26**	**(4.406,41)**	**52,85**
TOTAL DO ATIVO		**10.133,21**	**1.558,47**	**11.691,68**	**9.399,58**	**1.785,71**	**11.185,29**
PASSIVO							
Circulante							
Passivo regulatório	[10]	-	99,70	99,70	-	270,03	270,03
Outros passivos circulantes não afetados		1.256,14	-	1.256,14	853,34	-	853,34
		1.256,14	**99,70**	**1.355,84**	**853,34**	**270,03**	**1.123,37**
Não Circulante							
Passivo regulatório	[10]	-	120,41	120,41	-	262,08	262,08
Outros passivos não circulantes não afetados		469,67	(38,89)	430,78	416,47	-	416,47
		469,67	**81,52**	**551,19**	**416,47**	**262,08**	**678,55**
Patrimônio Líquido							
Capital social		1.551,04	-	1.551,04	1.339,55	-	1.339,55
Reserva de capital		-	-	-	-	-	-
Reserva de lucro		6.508,26	(1.023,65)	5.484,61	6.150,90	(900,48)	5.250,42
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-
Reserva de avaliação patrimonial	[11]	-	2.517,10	2.517,10	-	2.578,05	2.578,05
Lucro (prejuízo) acumulado	[12]	348,10	(116,20)	231,90	639,32	(423,97)	215,35
		8.407,40	**1.377,25**	**9.784,65**	**8.129,77**	**1.253,60**	**9.383,37**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.133,21**	**1.558,47**	**11.691,68**	**9.399,58**	**1.785,71**	**11.185,29**

CNPJ 86.449.170/0001-73
Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de Dezembro
II - Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota de Ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[13]	**9.140,45**	**(319,58)**	**8.820,87**	**8.242,41**	**(1.279,49)**	**6.962,92**
Fornecimento de Energia Elétrica		1.030,04	307,75	1.337,79	2.760,27	(433,26)	2.327,01
Receita pela Disponbilidade da Rede Elétrica		6.936,23	-	6.936,23	4.336,35	-	4.336,35
Receita de Atividade Não Vinculada	[14]	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Vinculadas	[15]	1.174,18	(627,33)	546,85	1.145,79	(846,23)	299,56
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		**1.876,06**	**-**	**1.876,06**	**1.828,71**	**-**	**1.828,71**
Tributos e Encargos		1.735,18	-	1.735,18	1.553,09	-	1.553,09
Federais		62,99	-	62,99	73,77	-	73,77
Estaduais e Municipais		1.672,19	-	1.672,19	1.479,32	-	1.479,32
Encargos - Parcela "A"		140,88	-	140,88	275,62	-	275,62
Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	-	7,85	-	7,85
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		34,72	-	34,72	25,70	-	25,70
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		71,43	-	71,43	144,57	-	144,57
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC		-	-	-	72,09	-	72,09
Programa de Eficiência Energética - PEE		34,73	-	34,73	25,41	-	25,41
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**7.264,39**	**(319,58)**	**6.944,81**	**6.413,70**	**(1.279,49)**	**5.134,21**
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"	[16]	**2.688,12**	**-**	**2.688,12**	**1.438,59**	**-**	**1.438,59**
Energia Elétrica Comprada para Revenda		1.012,27	-	1.012,27	837,18	-	837,18
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa		131,67	-	131,67	97,06	-	97,06
Encargos de Uso do Sistema de Transm./Distrib.		1.523,35	-	1.523,35	482,74	-	482,74
Taxa de Fiscalização		20,83	-	20,83	21,61	-	21,61
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**4.576,27**	**(319,58)**	**4.256,69**	**4.975,11**	**(1.279,49)**	**3.695,62**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"	[17]	**4.345,12**	**(483,28)**	**3.861,84**	**4.128,08**	**(846,23)**	**3.281,85**
Pessoal		1.978,47	-	1.978,47	1.840,43	-	1.840,43
Administradores		263,28	-	263,28	247,02	-	247,02
Material		256,05	-	256,05	181,86	-	181,86
Serviço de Terceiros		472,23	-	472,23	427,20	-	427,20
Depreciação	[8]	-	489,66	489,66	-	324,84	324,84
Amortização	[9]	345,61	(345,61)	-	324,84	(324,84)	-
Arrendamento e Alugueis		0,40	-	0,40	-	-	-
Seguros		13,02	-	13,02	12,47	-	12,47
Tributos		12,81	-	12,81	11,11	-	11,11
Provisão Devedores Duvidosos		5,28	-	5,28	2,55	-	2,55
Outros	[15]	997,97	(627,33)	370,64	1.080,60	(846,23)	234,37
Despesa de Atividade Não Vinculada		-	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		**231,15**	**163,70**	**394,85**	**847,03**	**(433,26)**	**413,77**
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	[18]	**211,85**	**(78,97)**	**132,88**	**(5,42)**	**-**	**(5,42)**
Receita Financeira		352,50	(162,06)	190,44	143,66	-	143,66
Despesa Financeira		(135,82)	-	(135,82)	(134,17)	-	(134,17)
Resultado Não Operacional		(4,83)	83,09	78,26	(14,91)	-	(14,91)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL		**443,00**	**84,73**	**527,73**	**841,61**	**(433,26)**	**408,35**
Imposto de Renda		40,59	(24,31)	16,28	15,62	-	15,62
Contribuição social		24,36	(14,59)	9,77	9,37	-	9,37
LUCRO (PREJUÍZO)		**378,05**	**123,63**	**501,68**	**816,62**	**(433,26)**	**383,36**

III - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL é uma sociedade cooperativa singular, do ramo infraestrutura, segundo classificação estabelecida pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, tendo como objeto a compra e distribuição de energia elétrica aos seus associados e consumidores, através de redes de distribuição sob sua responsabilidade, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A sociedade é regida pela Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Para fins fiscais e tributários a CERGRAL está classificada como cooperativa de eletrificação rural.

A CERGRAL tem como área de permissão os municípios de Armazém, Capivari de Baixo, Gravatal, Imaruí, Laguna e Tubarão, todos no Estado de Santa Catarina. A permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Permissão de Distribuição n.º 022/2008, de 28 de novembro de 2008, da ANEEL, com vencimento para novembro de 2028.

O modelo econômico do Setor Elétrico Brasileiro apresenta peculiaridades que devem ser levadas em consideração:

- As concessionárias ou permissionárias desenvolvem suas atividades suportadas por um contrato de concessão (permissão) que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão;
- As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acurácia das informações contábeis/financeiras;
- Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- O contrato de permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- Ao término da permissão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária ou permissionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas estabelecidas pela

legislação aplicável.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* a exceção dos seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

- Pronunciamento Contábil CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro ("CPC 00"): Esse pronunciamento, dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas e não reconhecem nas demonstrações contábeis os valores estimados de ativos e passivos regulatórios (diferença entre os custos incluídos na tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela CERGRAL), por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

  Dessa forma, os direitos ou compensações de ativos e passivos regulatórios somente são refletidos nas demonstrações contábeis no momento do consumo de energia elétrica por parte dos consumidores.

- Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão ("ICPC 01"): Esse pronunciamento estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o permissionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da permissão.

  Atendidas estas definições, a infraestrutura das permissionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras um ativo intangível correspondente ao direito de explorar a permissão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e um ativo financeiro correspondente ao direito contratual incondicional de recebimento de

caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da permissão.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ativo financeiro da permissão está registrado pelo Valor Novo de Reposição ("VNR"), atualizado pela variação do IPCA e enquadra-se na categoria de disponível para venda.

O montante remanescente é registrado ao custo histórico no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da permissão.

A prestação de serviço de construção de infraestrutura é registrada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 (R1) – Contratos de Construção ("CPC 17"), tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondente aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da permissão de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura e de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da CERGRAL, a administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e, portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício nos mesmos montantes.

A ANEEL considerando que as aplicações dos pronunciamentos contábeis societários acima mencionados impedem: 1) a divulgação de um conjunto de informações que representem adequadamente a situação econômico-financeira das permissionárias de serviço público de energia elétrica em consonância com o modelo regulatório tarifário que permita a apresentação da realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração e; 2) a manutenção das informações contábeis referentes à composição dos ativos vinculados à permissão de energia elétrica, sujeitos à reversão, para fins de atendimento às atividades de fiscalização e prestações de informações dos investimentos no setor elétrico, resolveu instituir a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010.

3. Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico

3.1 Plano de Contas

A permissionária adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o qual se encontra atualizado pela Resolução Normativa ANEEL n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010.

3.2 Ativos e Passivos Regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de permissão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da permissão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

O contrato prevê que "as tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acurácia das informações contábeis."

3.3 Ativo Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas na redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e ainda dos custos com empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os critérios para imobilização dos ativos foram definidos pelo Art.3º da Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1994, alterada pela Resolução n.º 15, de 24 de dezembro de 1997, a qual determina que o cadastramento dos bens deverá ser efetuado simultaneamente a sua transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço.

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela permissionária mediante a utilização de sistema de gestão da empresa Useall Software Ltda, por Ordem de Imobilização – ODI, Tipo de Instalação - TI, Unidades de Cadastro - UC, Unidade de Adição e Retirada - UAR, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) do Ativo Imobilizado em Curso – AIC para o Ativo Imobilizado em Serviço – AIS.

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, às taxas de anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estando de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n.º 474, de 7 de fevereiro de 2012.

Os ganhos e perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos

recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das permissionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à permissão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

3.4 Obrigações Vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica.

Em atendimento à instrução contábil n.º 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, as obrigações vinculadas à permissão, registradas em grupo específico no passivo não circulante, estão apresentadas como dedução do ativo não circulante – imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento de obras.

3.5 Taxas Regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a CERGRAL está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à CERGRAL são as seguintes:

- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Os objetivos originais da CDE foram os de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados; promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; e garantir recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda (Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE).

A partir de 2013, a CDE passou a assumir objetivos similares ao da RGR, como o de permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão de concessões de energia elétrica e o de atender a finalidade de modicidade tarifária, estando prevista a possibilidade de

transferência de recursos entre os dois fundos setoriais. Também foram adicionadas à CDE as funções de prover recursos para compensar os descontos aplicados nas tarifas de energia elétrica (subsídios tarifários) e o efeito da não adesão à prorrogação das concessões de geração, além de cobrir os custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, em substituição ao encargo da CCC, que fora extinto. Quanto à origem de recursos da CDE, além de quotas anuais pagas pelos agentes que comercializam energia elétrica com consumidor final, multas aplicadas pela ANEEL e pagamentos anuais a título de Uso de Bem Público – UBP, estão previstas as transferências de recursos da União e da RGR. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da ELETROBRÁS.

- Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE) - São programas de reinvestimento regulados pela ANEEL, conforme lei 9.991 de 24 de julho de 2000, na qual as distribuidoras de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas distribuídos de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

- Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pela permissionária.

4. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

A CERGRAL não possui nesse item, ativo contabilizado para fins regulatórios que atendam essa condição.

5. Despesas Pagas Antecipadamente

	2014	2013
Ativos Regulatórios		
Programas Sociais Governamentais	23,24	23,24
Neutralidade de Encargos Setoriais	3,60	3,00
Itens Financeiros	77,08	81,90
	103,92	108,14
Outros Ativos Não Afetados		
Outros Ativos - Prêmios de Seguros	6,38	6,62
	110,30	**114,76**

A CERGRAL possui os seguintes ativos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, conforme descrito na Nota 2 por não atender à definição de ativos previsto no CPC 00 (R1).

As principais características destes ativos regulatórios são:

- Neutralidade da Parcela A – Encargos Setoriais - Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.
- Itens Financeiros – Refere-se ao ressarcimento dos custos reconhecidos regulatoriamente referente à implementação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, de acordo com o art. 3º da Resolução Normativa n.º 367, de 2 de junho de 2009, já atualizado monetariamente.

6. Créditos Fiscais Diferidos

A CERGRAL não possui nesse item, ativo contabilizado para fins regulatórios que atendam essa condição.

7. Investimentos

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Participação	2014	2013
Investimentos			
Oficina Técnica Extremo Sul	0%	5,56	5,56
Fecoerusc	0%	0,94	0,94
SICOOB	0%	0,78	0,72
		7,28	**7,22**

8. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2014	2013
Em Serviço		
Terrenos	374,08	374,08
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	89,55	49,56
Máquinas e Equipamentos	12.749,24	12.129,33
Veículos	111,39	522,61
Móveis e Utensílios	34,04	34,04
(-) Obrigações Especiais	(103,09)	(86,25)
	13.255,21	**13.023,37**
(-) Reintegração Acumulada		
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	(12,01)	(10,24)
Máquinas e Equipamentos	(4.846,99)	(4.396,45)
Veículos	(52,28)	(267,00)
Móveis e Utensílios	(22,36)	(20,56)
	(4.933,64)	**(4.694,25)**
Em Curso		
Máquinas e Equipamentos	182,32	157,13
Material em Depósito	122,68	136,57
	305,00	**293,70**
	8.626,57	**8.622,82**

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) e da OCPC 05 Contrato de Concessão, na contabilidade societária. Estas normas orientam os permissionários sobre a forma de contabilização de concessão de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

8.1 Bens Vinculados à Concessão/Permissão

De acordo com os artigos n.ºs 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

8.2 Obrigações Vinculadas à Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na permissão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

8.3 Resumo da Movimentação do Ativo Imobilizado

	Saldo Inicial	Adições (+)	Baixas (-)	Transferências (+/-)	Saldo Atual
Em Serviço					
Terrenos	374,08	-	-	-	374,08
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	49,56	39,99	-	-	89,55
Máquinas e Equipamentos	12.129,33	571,08	(362,39)	411,22	12.749,24
Veículos	522,61	-	-	(411,22)	111,39
Móveis e Utensílios	34,04	-	-	-	34,04
(-) Obrigações Especiais	(86,25)	(16,84)	-	-	(103,09)
	13.023,37	**594,23**	**(362,39)**	**-**	**13.255,21**
(-) Reintegração Acumulada					
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	(10,24)	(1,77)	-	-	(12,01)
Máquinas e Equipamentos	(4.396,45)	(449,84)	253,63	(254,33)	(4.846,99)
Veículos	(267,00)	(39,61)	-	254,33	(52,28)
Móveis e Utensílios	(20,56)	(1,80)	-	-	(22,36)
	(4.694,25)	**(493,02)**	**253,63**	**-**	**(4.933,64)**
Em Curso					
Máquinas e Equipamentos	157,13	25,19	-	-	182,32
Material em Depósito	136,57	(13,89)	-	-	122,68
	293,70	**11,30**	**-**	**-**	**305,00**
	8.622,82	**112,51**	**(108,76)**	**-**	**8.626,57**

8.4 Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 240/2006, substituída pela Resolução Normativa nº 367/2009.

8.5 Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, a Cooperativa registrou, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante correspondente a diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada. Trata-se do registro da reavaliação regulatória compulsória, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da Revisão Tarifária, a débito e a crédito das contas contábeis do subgrupo 132 – Ativo Imobilizado e subgrupo 223 – Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da conta contábil específica do subgrupo 243.01 – Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

8.6 Bens Totalmente Depreciados

Os bens totalmente depreciados devem permanecer registrados no ativo imobilizado, devendo, concomitantemente, ter seu registro no sistema extrapatrimonial, a partir do ano de 2011.

	2014	2013
Bens totalmente depreciados		
Máquinas e Equipamentos	1.747,55	1.085,94
Veículos	-	41,47
Móveis e Utensílios	9,68	11,86
	1.757,23	**1.139,27**

9. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2014	2013
Em Serviço		
Marcas e Patentes	3,40	3,40
VNR - Marcas e Patentes	(0,96)	(0,96)
Direito de Uso de Softwares	65,29	65,29
VNR - Direito de Uso de Softwares	(14,88)	(14,88)
	52,85	**52,85**
Em Curso		
	-	-
	52,85	**52,85**

As diferenças identificadas entre o ativo intangível societário e regulatório são decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) e da OCPC 05 na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários/permissionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de permissão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi bifurcado em ativo intangível e financeiro.

Direito de uso de software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software.

10. Passivo Regulatório

A CERGRAL possui os seguintes passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, conforme descrito na Nota 2, por não atender à definição de passivos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

As principais características destes passivos regulatórios são:

- Neutralidade da Parcela A – Encargos Setoriais - Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

- Itens Financeiros – Refere-se ao ajuste financeiro referente à postergação da revisão tarifária. A SER calculou o ajuste financeiro referente ao atraso na realização do processo de revisão tarifária, conforme estabelecido na Resolução n.º 554/2013, buscando captar a diferença na receita decorrente da prática das tarifas aplicadas e daquela que seria verificada com a aplicação das tarifas resultantes do processo de revisão tarifária. O valor anual da diferença de receita em questão foi devidamente apurado e atualizado mensalmente pela variação do IPCA até setembro de 2013, sendo considerado no processo 40% do valor apurado.

  Para o processo de reajuste tarifário de 2014 foi realizado um recálculo do saldo remanescente devidamente atualizado pela variação de IPCA até setembro de 2014, sendo considerados 50% do saldo remanescente neste processo, e o restante nos próximos processos tarifários.

	2014	2013
Circulante		
Neutralidade de Encargos Setoriais	18,17	59,68
Itens Financeiros	81,53	210,35
	99,70	**270,03**
Não Circulante		
Itens Financeiros	120,41	262,08
	120,41	**262,08**

11. Reserva de Avaliação Patrimonial

Conforme Resolução ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, foi registrada contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e obrigações especiais, em contrapartida do Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação. Vide comentaria adicionais na nota explicativa n.º 8.5.

12. Lucro (Prejuízo) Acumulado

A diferença entre o resultado do exercício societário e regulatório é decorrente dos seguintes eventos:

- Não reconhecimento na contabilidade societária dos ativos e passivos regulatórios, definidos como mecanismos de reposição de perdas e ganhos incorridos pelas empresas e englobam as variações positivas e negativas entre custos incorridos pelas distribuidoras e os custos estabelecidos no último reajuste tarifário anual.

- Adoção na contabilidade societária do CPC 17 (R1) Contratos de Construção. Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 00 (R1) para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado. Em atendimento a este pronunciamento técnico a CERGRAL contabilizou receitas e custos relativos a serviço de construção ou melhoria. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

- Adoção na contabilidade societária da ICPC 01 (R1) e da OCPC 05.

	2014	2013
Lucros acumulados - societário	348,10	639,32
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	(116,20)	(423,97)
Lucros acumulados - regulatório	**231,90**	**215,35**

13. Receita Operacional Bruta

		2014	2013
Fornecimento de Energia Elétrica			
Neutralidade da Tarifa	**a**	307,75	(447,20)
Componentes Financeiros	**b**	-	13,94
Receitas Não Afetadas		1.030,04	2.760,27
		1.337,79	**2.327,01**
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica			
Receitas Não Afetadas		6.936,23	4.336,35
Outras Receitas Vinculadas			
Uso Mútuo de Postes		94,17	89,72
Doações, Contribuições e Subvenções		415,85	182,23
Serviço Taxado		20,80	18,06
Outras Receitas		16,03	9,55
		546,85	**299,56**
		8.820,87	**6.962,92**
a Neutralidade da Tarifa			
Neutralidade da Tarifa em Constituição		55,71	(515,90)
(-) Neutralidade da Tarifa em Amortização		252,04	68,70
		307,75	**(447,20)**
b Componentes Financeiros			
Dif. Mensal de Receita - Residencial Baixa Renda		-	13,94
Total dos Ajustes		**307,75**	**(433,26)**

14. Receita de Atividade Não Vinculada

A CERGRAL não possui nesse item, receita contabilizada para fins regulatórios que atendam essa condição.

15. Outras receitas vinculadas

Eliminação da receita de construção e do correspondente custo, como ajuste decorrente da anulação dos efeitos da aplicação das orientações contidas no CPC 17 (R1), na estruturação das demonstrações contábeis societárias.

		2014	2013
Receita de Construção	**a**	627,33	846,23
Receitas Não Afetadas		546,85	299,56
		1.174,18	**1.145,79**

a A margem na prestação dos serviço de construção e melhoria da infraestrutura é considerado igual a zero. Neste sentido, há coincidência do valor referente a receita e ao custo de construção contabilizados.

16. Custos não gerenciáveis – Parcela "A"

	2014	2013
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		
Energia Elétrica Compra para Revenda	1.012,27	837,18
Energia Elétrica Compra para Revenda - Proinva	131,67	97,06
Encargos de Uso do Sistema de Transm./Distrib.	1.523,35	482,74
Taxa de Fiscalização	20,83	21,61
	2.688,12	**1.438,59**

17. Custos gerenciáveis – Parcela "B"

	2014	2013
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal	1.978,47	1.840,43
Administradores	263,28	247,02
Material	256,05	181,86
Serviço de Terceiros	472,23	427,20
Depreciação	489,66	324,84
Seguros	13,02	12,47
Tributos	12,81	11,11
Provisão Devedores Duvidosos	5,28	2,55
Outros	371,04	234,37
	3.861,84	**3.281,85**

18. Resultado extraconcessão

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Rendas de Aplicação Financeira	86,03	57,15
Acréscimo Moratório S/Fatura de Energia	90,77	77,22
Outras Receitas Financeiras	13,64	9,29
	190,44	**143,66**
Despesas Financeiras		
Tarifas Bancárias	108,80	95,99
IOF	2,50	1,40
Outras Despesas Financeiras	24,52	36,78
	135,82	**134,17**
Resultado Financeiro	**54,62**	**9,49**
Outras Receitas		
Ganhos na Alienação de Bens	-	9,30
Outras Receitas	7,03	10,55
	7,03	**19,85**
Outras Despesas		
Perdas na Desativação de Bens	75,34	(28,17)
Perdas na Alienação de Bens	(4,11)	(3,73)
Outras Despesas	-	(2,86)
	71,23	**(34,76)**
Resultado Não Operacional	**78,26**	**(14,91)**
Soma dos Resultados Extraconcessão	**132,88**	**(5,42)**

Gravatal, 31 de dezembro de 2014.

João Vanio Mendonça Cardoso
Diretor Presidente
702.273.819-07

Luana Mendes Leandro
Contadora
CRC/SC-035589/O-5

5 - RELATÓRIO DA AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS

Aos Diretores da
COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL
Gravatal - SC

Procedimentos Adotados:

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, regulados pela Resolução nº 396/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabeleceu a obrigatoriedade das demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos aplicados, descritos no item 2 abaixo, foram definidos por meio de Despacho aprovado pela ANEEL.

2. O nosso trabalho foi realizado de acordo com a NBC - TSC – 4400 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados.

   Os procedimentos previamente acordados aplicados e o resultado dos trabalhos foram os seguintes:

   2.1 – Imobilizado

   2.1.1 Confrontar as informações de 31/12/2012 do valor total regulatório por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório:

   A COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL – CERGRAL, obteve a permissão para prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica através do Contrato de Permissão 022/2008 ANEEL, aplicamos os procedimentos de auditoria confrontando os saldos por grupos de bens existentes no sistema de controle patrimonial, com saldos apresentados no balanço regulatório de 31/12/2013.

   Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.1.2 Com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações contábeis societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e transferências. A Cooperativa mantém controles adequados sobre os apontamentos dos gastos com mão-de-obra e transporte aplicados às ODIs – Ordem de Imobilização.

2.1.3 Com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações contábeis societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria das movimentações de depreciação.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.1.4 Selecionamos determinados itens, de forma aleatória e testamos que a depreciação está sendo calculada com base na taxa de depreciação estabelecida pela ANEEL.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.1.5 Obtivemos evidência de que os bens estão sendo controlados seguindo as seguintes premissas: Contrato de concessão, Ordem de Imobilização - ODI, Tipo de Instalação, Centro Modular, Tipo de UC (família), UC, UAR, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) do Ativo Imobilizado em Curso – AIC para o Ativo Imobilizado em Serviço - AIS.
Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.1.6 Obtivemos evidência de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso, através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço.
Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.1.7 Verificamos se a permissionária mantém em arquivos os registros contábeis dos custos incorridos em cada Ordem em Curso relacionada às ODIs.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.2 - Obrigações Especiais

Tendo em vista que os valores mantidos pela permissionária como Obrigações Especiais são imateriais, com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações contábeis societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), não realizamos testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e/ou transferências.

2.3 - Ativos e passivos de diferenças de CVA

2.3.1 Confrontamos os saldos de CVA de contas de ativo e passivo na data base da última revisão ou reajuste tarifário com os montantes homologados pela ANEEL.
Não aplicável para o caso.

2.3.2 Testamos as maiores constituições de ativos e passivos regulatórios.
Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.3.3 Testamos as maiores atualizações monetárias de saldos.
Não aplicável para o caso.

2.4 - Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

2.4.1 Além dos procedimentos específicos para os temas acima detalhados, para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, consideramos os saldos das demonstrações contábeis societárias.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2.4.2 Para os saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações contábeis societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria da mensuração e movimentação de saldos.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

3 Nosso relatório foi preparado como resultado da aplicação dos procedimentos previamente acordados e para o uso restrito da Administração da **COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE GRAVATAL - CERGRAL**, e entendemos que será encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme definido entre as partes, em atendimento a Resolução nº 396/2010 e não deve ser divulgado a terceiros sem o nosso prévio consentimento.

São José - SC, 28 de abril de 2014.

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012

6 – PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedemos o exame detalhado das Contas referente ao exercício de 2014 da **Cooperativa de Eletricidade de Gravatal – CERGRAL**, compreendendo o Balanço Patrimonial, contas de sobras e perdas, contabilidade, saldo de caixa, conciliação bancária e demais documentos, bem como o relatório da administração.

Cumprindo as determinações estatutárias que nos foi conferido, com base nas reuniões regulamentares de nossa gestão durante as quais tomamos conhecimento de todos os negócios da Cooperativa e, tendo encontrado tudo em perfeita ordem, conforme determina o Estatuto Social, aprovamos as contas do exercício de 2014 sem restrições.

Gravatal/SC, 04 de Fevereiro de 2015.

Idoir Daufemback Hoepers
Conselheiro Fiscal Efetivo

Ginaldo Rafael Correa
Conselheiro Fiscal Efetivo

Moacir Martins das Neves
Conselheiro Fiscal Efetivo

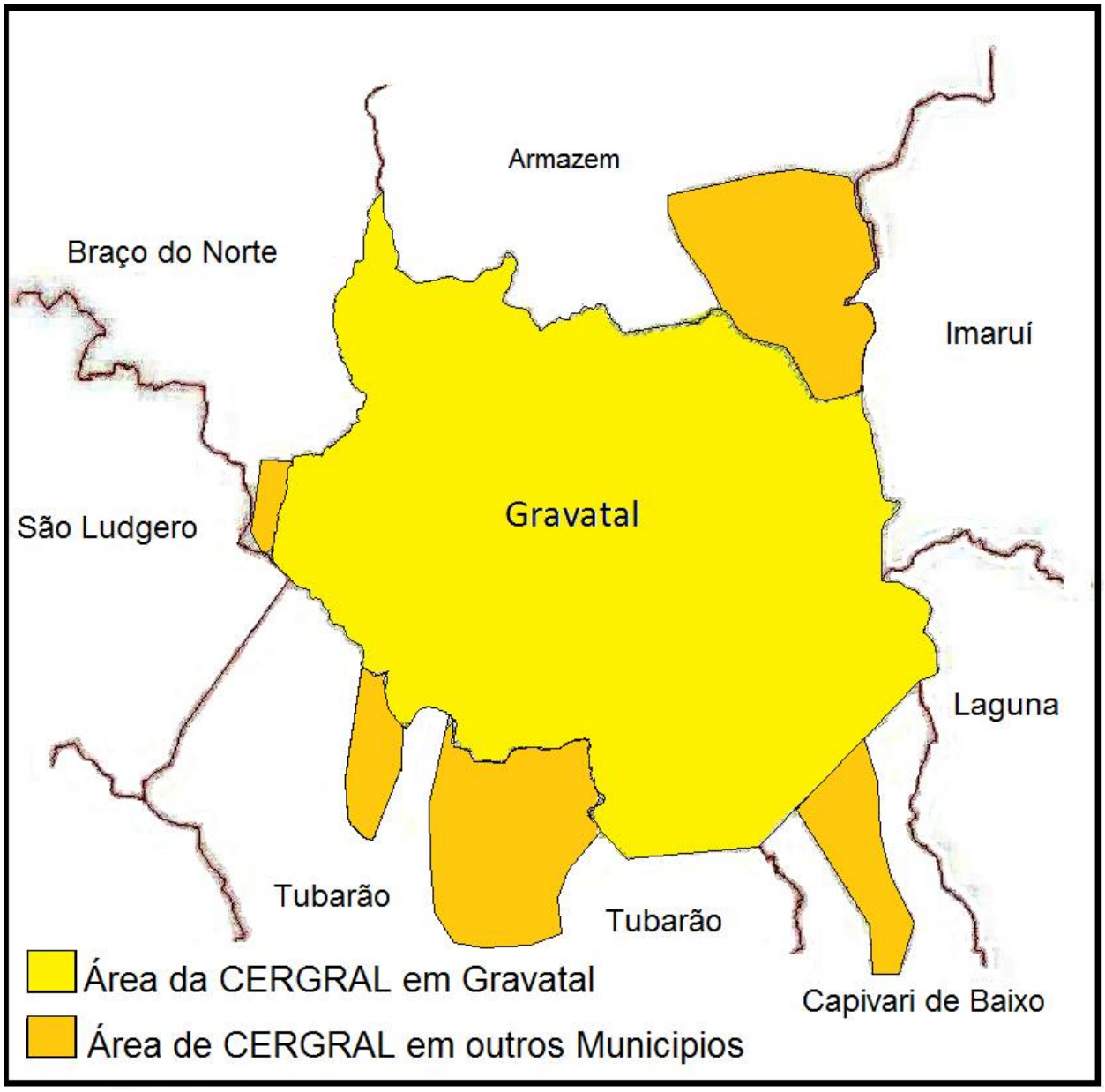
Antonio Tomaz Mendes
Conselheiro Fiscal Suplente

Moacir Fernandes Scremin
Conselheiro Fiscal Suplente

Manoel Hercílio Ferreira
Conselheiro Fiscal Suplente

7 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.01 - MAPA DA ÁREA DE ATUAÇÃO



4.02 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS ADMITIDOS NO ANO DE 2014

N.º	Matricula	Nome	Data de Associação	Valor
1	4011	ANDREIA ZAPPELINE ESMERALDINO	03/12/2014	R$ 5,00
2	4122	ATILIO FURLAN VICENTE	10/06/2014	R$ 5,00
3	5197	SILBECK INFORMATICA LTDA	28/11/2014	R$ 5,00
4	6219	SALESIO MACHADO	07/05/2014	R$ 5,00
5	7286	MKM INFORMATICA LTDA	28/11/2014	R$ 5,00
6	8053	MARIO CESAR FRANCISCO	25/11/2014	R$ 5,00
7	8098	ROBERTO BENIAMINO DE POL FILHO	02/01/2014	R$ 5,00
8	8099	ANA PAULA DOS SANTOS DA ROSA	03/01/2014	R$ 5,00
9	8100	ILDO SILVA DA SILVA	06/01/2014	R$ 5,00
10	8101	ROSEMERI MENDES CARDOSO	07/01/2014	R$ 5,00
11	8102	NATALIA DE FATIMA DA SILVA DA CUNHA	08/01/2014	R$ 5,00
12	8103	GILCEU ANTONIO VIVAN	08/01/2014	R$ 5,00
13	8104	VITOR MACHADO DE MEDEIROS	09/01/2014	R$ 5,00
14	8105	VANILDA MENDES PRUDENCIO	09/01/2014	R$ 5,00
15	8106	ALVINA MARTINS	10/01/2014	R$ 5,00
16	8107	ROSANDRO DA SILVA E SILVA	10/01/2014	R$ 5,00
17	8108	MARIA JUSSARA NUNES DA SILVA	13/01/2014	R$ 5,00
18	8109	ISAQUE MENDES CORREA	13/01/2014	R$ 5,00
19	8110	JAILSON PEREIRA MACHADO	15/01/2014	R$ 5,00
20	8111	RAFAEL CARVALHO VIEIRA	21/01/2014	R$ 5,00
21	8112	MARCELO MENDONCA	21/01/2014	R$ 5,00
22	8113	MARCIEL FERNANDES MARTINS	22/01/2014	R$ 5,00
23	8114	GRAZIELA SILVA MARTINS	22/01/2014	R$ 5,00
24	8115	ITAMAR FURTUNATO MORAES	24/01/2014	R$ 5,00
25	8116	ANDRE FERNANDES CASCAES	27/01/2014	R$ 5,00
26	8117	GILMAR CANCELIER SACHETE	28/01/2014	R$ 5,00
27	8118	NECI NAZARIO DOS SANTOS	29/01/2014	R$ 5,00
28	8119	CLEBERSON ZANELATTO DANDOLINI	30/01/2014	R$ 5,00
29	8120	JANETE DE FATIMA SILVA	30/01/2014	R$ 5,00
30	8121	VANDERLEI CADORIN ZEFERINO	31/01/2014	R$ 5,00
31	8122	JAIRO DE SOUZA MENDES	04/02/2014	R$ 5,00
32	8123	FLAVIA PEREIRA CORREA LESSA	05/02/2014	R$ 5,00
33	8124	REGIANE ALVES DE SOUZA PRUDENCIO	06/02/2014	R$ 5,00
34	8125	ALBERTINA DA SILVA MEDEIROS	06/02/2014	R$ 5,00
35	8126	LOURIVAL MANOEL ZDRUICOSKI	06/02/2014	R$ 5,00
36	8127	MARIA MADALENA MENDES DE SOUZA	07/02/2014	R$ 5,00
37	8128	MARIA APARECIDA MAIA MAY	10/02/2014	R$ 5,00
38	8129	THAYSE MAY	10/02/2014	R$ 5,00
39	8130	MARIA DE LOURDES BERTO	11/02/2014	R$ 5,00
40	8131	MAICON CARDOSO NEVES	12/02/2014	R$ 5,00
41	8132	ANGELO MARTINS LUNARDI	13/02/2014	R$ 5,00
42	8133	MARIA SALOME DA SILVA MORAIS	13/02/2014	R$ 5,00
43	8134	MARINA LUZIA DE CASTRO MARTINELLI	13/02/2014	R$ 5,00
44	8135	CLAUDIO COSTA ANASTACIO JUNIOR	13/02/2014	R$ 5,00
45	8136	NAZARENO SCHMOELLER SOUZA	13/02/2014	R$ 5,00
46	8137	ROSALVA MAY MARTINS	14/02/2014	R$ 5,00
47	8138	ALESSANDRA MEDEIROS ME	18/02/2014	R$ 5,00
48	8139	VALDECIR APARECIDO VENANCIO	18/02/2014	R$ 5,00

49	8140	ROZEMERI APARECIDA RIBEIRO	21/02/2014	R$	5,00
50	8141	CATARINA MENDES GUIMARAES	24/02/2014	R$	5,00
51	8142	RODRIGO DE SOUZA	25/02/2014	R$	5,00
52	8143	VAGNER WALTER NURNBERG	25/02/2014	R$	5,00
53	8144	VEMAR DE SOUZA	26/02/2014	R$	5,00
54	8145	LUIZ REMACULO DE MEDEIROS NAZARIO	28/02/2014	R$	5,00
55	8146	ADALILA SANTOS DA SILVA	05/03/2014	R$	5,00
56	8147	FRANCISCA IZALETE DUARTE MARTINS CORREA	06/03/2014	R$	5,00
57	8148	MAIANNY MARTINS MENDES	06/03/2014	R$	5,00
58	8149	DILMA DE MEDEIROS RODRIGUES	07/03/2014	R$	5,00
59	8150	ZENAIDE BATISTA LUCIANO	10/03/2014	R$	5,00
60	8151	ZULEIDE MARCOS DA ROSA	11/03/2014	R$	5,00
61	8152	AMARILDO MARCOS MENDES	11/03/2014	R$	5,00
62	8153	PAULO RONALDO SANTOS BARTH	11/03/2014	R$	5,00
63	8154	LICIO DA ROSA MAIATE	12/03/2014	R$	5,00
64	8155	FABIANO DE CAMPO AGUIAR	12/03/2014	R$	5,00
65	8156	SILVANA DA SILVA CAMILO	13/03/2014	R$	5,00
66	8157	DAYANE MARCOS MENDES	13/03/2014	R$	5,00
67	8158	JAMILY EXTERCKOTTER DA CUNHA	14/03/2014	R$	5,00
68	8159	MARCELO FERREIRA LIMA	17/03/2014	R$	5,00
69	8160	ELESANDRA AMARAL BECKAUSER	18/03/2014	R$	5,00
70	8161	MARCIEL GUIMARAES	18/03/2014	R$	5,00
71	8162	VALQUIRIA BECKHAUSER MEURER	18/03/2014	R$	5,00
72	8163	PATRICIA PASSARELA DE SOUZA	18/03/2014	R$	5,00
73	8164	LUIZ MOTTA MEDEIROS	18/03/2014	R$	5,00
74	8165	ALMEDAIR BOMFIM DA CRUZ	19/03/2014	R$	5,00
75	8166	FLAVIO FRANCEZ DA LUZ	19/03/2014	R$	5,00
76	8167	MARIA INES SOARES	20/03/2014	R$	5,00
77	8168	MARIA DAS GRACAS AGUIAR MACHADO	20/03/2014	R$	5,00
78	8169	SANDRA MARIA CALEGARI RESENDE	20/03/2014	R$	5,00
79	8170	ALTAIR MENDES PAVANATE	21/03/2014	R$	5,00
80	8171	EDUARDA DA SILVA DE AVILA	21/03/2014	R$	5,00
81	8172	FABIANA DO AMARAL	25/03/2014	R$	5,00
82	8173	ACACIO LEITE	25/03/2014	R$	5,00
83	8174	LILIANE ESTELA ISOTTON	26/03/2014	R$	5,00
84	8175	EVA FERNANDES DA SILVA	27/03/2014	R$	5,00
85	8176	JOVANA BARTHOLOMEU DE OLIVEIRA	27/03/2014	R$	5,00
86	8177	MURIEL FREITAS CRUZ	31/03/2014	R$	5,00
87	8178	MADILON PREVE DA SILVA	02/04/2014	R$	5,00
88	8179	JORDANA SANTANA ALVES	03/04/2014	R$	5,00
89	8180	KARINE APARECIDA MATOS	04/04/2014	R$	5,00
90	8182	MARIA APARECIDA DOS SANTOS RECH COELHO	04/04/2014	R$	5,00
91	8183	SEBASTIAO MELO ESPINDOLA	09/04/2014	R$	5,00
92	8184	RODRIGO RODRIGUES DA SILVA	09/04/2014	R$	5,00
93	8185	ADRIANO DOS SANTOS	09/04/2014	R$	5,00
94	8186	JOAO BATISTA RECH	09/04/2014	R$	5,00
95	8188	WAGNER AGOSTINHO DE BONA	10/04/2014	R$	5,00
96	8189	JUAN MELLO DO AMARAL	11/04/2014	R$	5,00
97	8190	ANDRE DA SILVA MARTINS	11/04/2014	R$	5,00
98	8191	GUILHERME FIDELIS DE OLIVEIRA	14/04/2014	R$	5,00
99	8192	VALDIR DOS SANTOS CORREA	14/04/2014	R$	5,00
100	8193	ELISON DOS SANTOS JUNG	16/04/2014	R$	5,00
101	8194	SENHORINHA APARECIDA MEDEIROS	16/04/2014	R$	5,00
102	8195	MONIQUE MEDEIROS WALTER	16/04/2014	R$	5,00

103	8196	SUELI FLORIANO DAMAZIO	22/04/2014	R$	5,00
104	8197	JARDEL GARCIA	22/04/2014	R$	5,00
105	8198	NEIDE CORADELI DE MORAES VIERA	22/04/2014	R$	5,00
106	8199	SIDNEI GOULART DOS SANTOS	24/04/2014	R$	5,00
107	8200	MOACIR ROQUE MENDES FAGUNDES	25/04/2014	R$	5,00
108	8201	JULIANA RIBEIRO CARGNIN	28/04/2014	R$	5,00
109	8202	ATAMAIR SCHMITZ	29/04/2014	R$	5,00
110	8203	DILNEI RAFAEL MARTINS	29/04/2014	R$	5,00
111	8204	ZULEIDE COMELI ESMERALDINO	29/04/2014	R$	5,00
112	8205	MARIA DE FATIMA ESMERALDINO COMELI	29/04/2014	R$	5,00
113	8206	PATRICK BATISTA SACHETE	30/04/2014	R$	5,00
114	8207	NEUSA JUREMA TURRI	30/04/2014	R$	5,00
115	8208	TAMIRES NUNES DE MEDEIROS TORRES	30/04/2014	R$	5,00
116	8209	MARIA SILEIDE LISBOA DE ALMEIDA	02/05/2014	R$	5,00
117	8210	ADILSON NASCIMENTO DA SILVA	02/05/2014	R$	5,00
118	8211	DEIVID DE AGUIAR MIRANDA	02/05/2014	R$	5,00
119	8212	GILSON GOULART CORREA	02/05/2014	R$	5,00
120	8213	MORGANA CARDOSO LEONIDAS	05/05/2014	R$	5,00
121	8214	LUCILENE FLORIANO DAMAZIO VIANA	05/05/2014	R$	5,00
122	8215	NILCEA HENRIQUE LOPES	05/05/2014	R$	5,00
123	8216	JULIA BERTO DE OLIVEIRA SOUZA	06/05/2014	R$	5,00
124	8217	ELOI ZABOTI	06/05/2014	R$	5,00
125	8218	MIRELLI LUNARDI FURLAN	06/05/2014	R$	5,00
126	8219	MARIA BATISTA	07/05/2014	R$	5,00
127	8220	ANGELICA BORGES DE SOUZA	07/05/2014	R$	5,00
128	8221	GILIARD MENDES	07/05/2014	R$	5,00
129	8222	VALTELINA MARCOLINO ROUSSENQ	13/05/2014	R$	5,00
130	8223	EVA MACIEL DA SILVA	12/05/2014	R$	5,00
131	8224	BRUNO EICHENBERG DA SILVA	13/05/2014	R$	5,00
132	8225	NEIDE RIBEIRO RALDI	13/05/2014	R$	5,00
133	8226	HENRIQUE DO AMARAL ESMERALDINO	14/05/2014	R$	5,00
134	8227	LEO ROCHA DE SOUZA	15/05/2014	R$	5,00
135	8228	MARCELO BEDIN WILLEMANN	16/05/2014	R$	5,00
136	8229	TAIAMARA DE OLIVEIRA	16/05/2014	R$	5,00
137	8230	MARIA HELENA VIEIRA	20/05/2014	R$	5,00
138	8231	MARIA APARECIDA MACHADO DE OLIVEIRA	20/05/2014	R$	5,00
139	8232	RENATO CORREA DE OLIVEIRA	21/05/2014	R$	5,00
140	8233	JOSE SANTOS E SILVA	21/05/2014	R$	5,00
141	8234	MAYCON AMANCIO MACHADO	21/05/2014	R$	5,00
142	8235	MARIA DAS DORES MACHADO FELICIDADE	22/05/2014	R$	5,00
143	8236	SOLANGE ANTUNES	22/05/2014	R$	5,00
144	8237	DIRMA VIERA MILANES	23/05/2014	R$	5,00
145	8238	ELIAS RODRIGUES PEDROSO	26/05/2014	R$	5,00
146	8239	ALVANI CARRARA	27/05/2014	R$	5,00
147	8240	MARIA DAS DORES DA SILVA MEDEIROS	27/05/2014	R$	5,00
148	8241	IGOR RAFAEL MENDES	29/05/2014	R$	5,00
149	8242	EULITA MARTINS DA SILVA	29/05/2014	R$	5,00
150	8243	SALETE MENDES	29/05/2014	R$	5,00
151	8244	JEFFERSON JOSE BERTO	30/05/2014	R$	5,00
152	8245	LUANA SUELEN FERNANDES	30/05/2014	R$	5,00
153	8246	ALBERTINA MENDES SCREMIN	30/05/2014	R$	5,00
154	8247	ROGERIO DOS SANTOS RECH	03/06/2014	R$	5,00
155	8248	LILIA DA SILVA DE ABREU	03/06/2014	R$	5,00
156	8249	JOSE EISNG ESSER	04/06/2014	R$	5,00

157	8250	CINARA MENDES	05/06/2014	R$	5,00
158	8251	TEREZINHA GORETI RODRIGUES ZANETE	05/06/2014	R$	5,00
159	8252	AMANDA BARBOSA VICENTE	09/06/2014	R$	5,00
160	8253	ELIAS MARTINS FERREIRA	10/06/2014	R$	5,00
161	8254	JAIME GESSER	10/06/2014	R$	5,00
162	8255	MARIA HELENA ZEFERINO	11/06/2014	R$	5,00
163	8256	REGINA NAZARIO SILVERIO	13/06/2014	R$	5,00
164	8257	ROGER RODRIGUES DA SILVA	13/06/2014	R$	5,00
165	8259	MARA CECILIA DA SILVA VARGAS	17/06/2014	R$	5,00
166	8260	ANDRE ENGRACA	17/06/2014	R$	5,00
167	8261	DILCEU VARELA	17/06/2014	R$	5,00
168	8262	ELIO VICENTE	18/06/2014	R$	5,00
169	8263	CRISTIANE LUCIO FELIX PETERS	20/06/2014	R$	5,00
170	8264	JADINA LEMOS MORAIS	23/06/2014	R$	5,00
171	8265	CARINA LORENO	23/06/2014	R$	5,00
172	8266	MARIA HELENA BERTO CARDOSO	23/06/2014	R$	5,00
173	8267	CLAUDEMIR MORAES	24/06/2014	R$	5,00
174	8268	ADILSON MARTINS GARCIA	25/06/2014	R$	5,00
175	8269	RODNEI MENDES DE MEDEIROS	25/06/2014	R$	5,00
176	8270	IDALINA FERNANDES IUNG	25/06/2014	R$	5,00
177	8271	LAURA DE PIERI GRASSO	26/06/2014	R$	5,00
178	8272	CESAR DAMACENO MACHADO	26/06/2014	R$	5,00
179	8274	FABRICIO MARTINS AGOSTINHO	01/07/2014	R$	5,00
180	8275	KESSIA DE JESUS MATIAS	02/07/2014	R$	5,00
181	8276	CLELIO VELHO GOULART	03/07/2014	R$	5,00
182	8277	MARIA APARECIDA MONTEIRO CORREA	04/07/2014	R$	5,00
183	8278	CAMILA RUECKL	04/07/2014	R$	5,00
184	8279	DILNEI DA ROSA	07/07/2014	R$	5,00
185	8280	JOSE DOS PASSOS CORREA MENDES	07/07/2014	R$	5,00
186	8281	KELLY NAZARIO MACHADO MICHELS	07/07/2014	R$	5,00
187	8282	MIRIANE FARIAS RIBEIRO	07/07/2014	R$	5,00
188	8283	RAFAEL DOS SANTOS GONCALVES	07/07/2014	R$	5,00
189	8284	SILVIO DOS SANTOS CABRAL JUNIOR	08/07/2014	R$	5,00
190	8285	ANDREIA CONSTANTINO	09/07/2014	R$	5,00
191	8286	RONI DOS SANTOS OURIQUES	11/07/2014	R$	5,00
192	8287	ADEMIR MENDONCA FLORIANO	14/07/2014	R$	5,00
193	8288	ROGERIO BORGES MAFEI	15/07/2014	R$	5,00
194	8289	SEBASTIAO MARTINS DE SOUZA	15/07/2014	R$	5,00
195	8290	ALEXSANDRO VIEIRA DE SOUZA	15/07/2014	R$	5,00
196	8291	ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA MEDEIROS	16/07/2014	R$	5,00
197	8292	DIOGO LUNARDI DA SILVA	16/07/2014	R$	5,00
198	8293	ARTENIR BUSANELLO	21/07/2014	R$	5,00
199	8294	DOMICIO VICENTE	21/07/2014	R$	5,00
200	8295	ROGERIO DA SILVA DAMIANI	21/07/2014	R$	5,00
201	8296	INES WIEIRA GERALDO	22/07/2014	R$	5,00
202	8297	DEIVIDE DARIO DE AZEVEDO	25/07/2014	R$	5,00
203	8298	LUCIANA FELACIO VENANCIO	28/07/2014	R$	5,00
204	8299	FABIO RECH MARCELINO	28/07/2014	R$	5,00
205	8300	CRISTIANE BECKER ISIDORIO	29/07/2014	R$	5,00
206	8301	SANDRELI FELDHAUS MATIAS	29/07/2014	R$	5,00
207	8302	CAROLINA ONOFRE NOGUEIRA	31/07/2014	R$	5,00
208	8303	LUCINDA CORREA DE SOUZA	04/08/2014	R$	5,00
209	8304	FELIPE CONSTANTINO RODRIGUES	04/08/2014	R$	5,00
210	8305	LENOIR PEREIRA MENDES	04/08/2014	R$	5,00

211	8306	MARCIEL DE MEDEIROS	07/08/2014	R$	5,00
212	8307	GISELE SEVERINO	07/08/2014	R$	5,00
213	8308	ANTONIO MARCELINO MARTINS	07/08/2014	R$	5,00
214	8309	SULAMITA GRASSO LUNARDI	08/08/2014	R$	5,00
215	8310	GRAZIELA LIBERATO	08/08/2014	R$	5,00
216	8311	FRANCISCO EDUARDO ARAGONI	08/08/2014	R$	5,00
217	8312	EVA NUNCIO LUIZ	08/08/2014	R$	5,00
218	8313	ROSELI CANDIDO MACHADO	11/08/2014	R$	5,00
219	8314	SEBASTIAO DA SILVA	11/08/2014	R$	5,00
220	8315	RIBAMAR CORREA MENDES	12/08/2014	R$	5,00
221	8316	MARIO CESAR FERNANDES	15/08/2014	R$	5,00
222	8317	VANDERLEIA BLOEMER DA ROSA	18/08/2014	R$	5,00
223	8318	EDUARDO FERNANDES MENDONÇA	19/08/2014	R$	5,00
224	8319	IARA DE OLIVEIRA	21/08/2014	R$	5,00
225	8320	NERECI DOS SANTOS FOIZER	22/08/2014	R$	5,00
226	8321	LUIS JOSE FAJARDO MORENO	25/08/2014	R$	5,00
227	8322	FAMA SOLUCOES GRAFICAS LTDA ME	25/08/2014	R$	5,00
228	8323	RUY DE ASSUNCAO JUNIOR	28/08/2014	R$	5,00
229	8324	VICTOR PINHEIRO LAURIANO BITENCOURT	26/08/2014	R$	5,00
230	8325	FERNANDA ROVEDA DE SOUZA	26/08/2014	R$	5,00
231	8326	AILTON SANTANA ALVES	26/08/2014	R$	5,00
232	8327	CLAUDIANE TEIXEIRA DA SILVA MENDES	28/08/2014	R$	5,00
233	8328	RAFAEL MENDES DA ROSA	28/08/2014	R$	5,00
234	8329	SEBASTIAO SIDNEI LOPES DE OLIVEIRA	29/08/2014	R$	5,00
235	8330	ROLANDO JUNIORS REATEGUI PANDURO	01/09/2014	R$	5,00
236	8331	MONICA DE OLIVEIRA PEDROSO	04/09/2014	R$	5,00
237	8332	KLEBER MARTINS RALDI	05/09/2014	R$	5,00
238	8333	JOSE ROBERTO DA SILVA	08/09/2014	R$	5,00
239	8334	JANAINA MEDEIROS FERREIRA	05/09/2014	R$	5,00
240	8335	JOSE ANTONIO MELO CORADELI	09/09/2014	R$	5,00
241	8336	CRISTIANO LUCIO DE JESUS	10/09/2014	R$	5,00
242	8337	MARIA DAS DORES NOGUEIRA DA SILVA	10/09/2014	R$	5,00
243	8338	JOAO VITOR MENDES RIBEIRO	11/09/2014	R$	5,00
244	8339	NADIR DOS SANTOS CARDOSO	11/09/2014	R$	5,00
245	8340	REGINA BERNADETE MENDES	11/09/2014	R$	5,00
246	8341	ALAN ROSA DOS SANTOS	12/09/2014	R$	5,00
247	8342	VALMIR ROSA MARIA	12/09/2014	R$	5,00
248	8343	ALINE HONORATO DAMIANI	12/09/2014	R$	5,00
249	8344	MARIA ABIGAIL FAVARIN	15/09/2014	R$	5,00
250	8345	ZULEIDE NUNES FILETI AZEVEDO	15/09/2014	R$	5,00
251	8346	DALVANIR MAGAGNIM MINATO	15/09/2014	R$	5,00
252	8347	FABIANE DA SILVA	16/09/2014	R$	5,00
253	8348	FABIO BARCELOS BUSS	17/09/2014	R$	5,00
254	8349	KAROLINE COSTA	17/09/2014	R$	5,00
255	8350	JOSUE CONSTANTINO FERMINO	19/09/2014	R$	5,00
256	8351	JOAO RICARDO PEREIRA DE ASSUNÇAO	19/09/2014	R$	5,00
257	8352	ADAO JOSE FIDELIS DE MEDEIROS	22/09/2014	R$	5,00
258	8353	IEDA FELIPE DOS SANTOS	23/09/2014	R$	5,00
259	8354	EDUARDO STAPPAZZOLI DIMON	24/09/2014	R$	5,00
260	8355	LUIZ ALBERTO MENDES DA SILVA	25/09/2014	R$	5,00
261	8356	ADRIANO MACHADO DA SILVA	29/09/2014	R$	5,00
262	8258	TERESINHA MELO RIBEIRO	16/06/2014	R$	5,00
263	8357	KLEBER MELO RIBEIRO	29/09/2014	R$	5,00
264	8358	SANDRA APARECIDA MENDES CALEGARI CORREA	29/09/2014	R$	5,00

265	8359	GUSTAVO DE SOUZA EDUARDO	29/09/2014	R$	5,00
266	8360	JOAO BITTENCOURT DE OLIVEIRA	30/09/2014	R$	5,00
267	8361	ZILDA PREIS	01/10/2014	R$	5,00
268	8362	VANILDO DE OLIVEIRA LIMA	01/10/2014	R$	5,00
269	8363	ROBINSON AGUIAR DA SILVA	03/10/2014	R$	5,00
270	8364	RAQUEL DE SOUZA FIRMINO	07/10/2014	R$	5,00
271	8365	MARLENE MENDES FERREIRA	10/10/2014	R$	5,00
272	8366	MARIA NATALINA RODEN MELO	13/10/2014	R$	5,00
273	8367	AMILTON MARTINS MEDEIROS	13/10/2014	R$	5,00
274	8368	ANDERSON LUCIANO DAMASIO	13/10/2014	R$	5,00
275	8369	TIAGO DAS NEVES	13/10/2014	R$	5,00
276	8370	MARIA APARECIDA RODRIGURS CORREA NEVES	16/10/2014	R$	5,00
277	8371	ALMERINDA MARIA MENDES SIMONI	16/10/2014	R$	5,00
278	8372	NOELI MENDONCA	20/10/2014	R$	5,00
279	8373	KARINE LUNARDI DA SILVA	21/10/2014	R$	5,00
280	8374	HYASMIN DE OLIVEIRA DE SOUZA	21/10/2014	R$	5,00
281	8375	GUILHERME CORTEZ MAGALHAES	21/10/2014	R$	5,00
282	8376	LUANA DE JESUS LOCH	22/10/2014	R$	5,00
283	8377	HENRIQUE GARCIA DA SILVA	23/10/2014	R$	5,00
284	8378	DINALVA ROSA NEVES PIRES	23/10/2014	R$	5,00
285	8379	VINICIUS DE SOUZA FERREIRA	23/10/2014	R$	5,00
286	8380	SUSANA SILVA DE OLIVEIRA	23/10/2014	R$	5,00
287	8381	FRENTE VERSO ARTIGOS DO VESTUARIO EIRELI	23/10/2014	R$	5,00
288	8382	JAIKSON MARCILIO	23/10/2014	R$	5,00
289	8383	MENEGARO COMERCIAL AGRICOLA LTDA	23/10/2014	R$	5,00
290	8384	VITORIS CONFECCOES LTDA ME	23/10/2014	R$	5,00
291	8385	INES DA SILVA MEDEIROS	28/10/2014	R$	5,00
292	8386	REGIANE FERNANDES BRUNKEN OENNING	28/10/2014	R$	5,00
293	8387	JAN FORMANSKI TANCREDO	29/10/2014	R$	5,00
294	8388	VANILSON INACIO DE OLIVEIRA	29/10/2014	R$	5,00
295	8389	ROSILENE APARECIDA MARTINS SOARES	29/10/2014	R$	5,00
296	8390	TIAGO SANTOS CASCAES	30/10/2014	R$	5,00
297	8391	ANDRE MELO	31/10/2014	R$	5,00
298	8392	MARCEL MACHADO SCREMIN	04/11/2014	R$	5,00
299	8393	JOSE EURIPEDES DE OLIVEIRA	06/11/2014	R$	5,00
300	8394	NESTOR LUIZ TARTARI	06/11/2014	R$	5,00
301	8395	DIEMES MATIAS BECKHAUSER	06/11/2014	R$	5,00
302	8396	DIEGO MENDES	07/11/2014	R$	5,00
303	8397	WILLIAN DUTRA	07/11/2014	R$	5,00
304	8398	VALDECI CANDIDO VIEIRA	07/11/2014	R$	5,00
305	8399	JACKSON MEDEIROS FAVARIM	10/11/2014	R$	5,00
306	8400	ZULEIDE MENDES	10/11/2014	R$	5,00
307	8401	LEANDRO MARTINS BRITES	10/11/2014	R$	5,00
308	8402	VOLNEI PERDONA MARTINS	11/11/2014	R$	5,00
309	8403	MARIA ALBERTINA DANIEL BEZ	12/11/2014	R$	5,00
310	8404	RENATA CECHINEL RODRIGUES NEVES	12/11/2014	R$	5,00
311	8405	EVERTON DE PIERI	12/11/2014	R$	5,00
312	8406	AECIO ADOLY FEIBER	12/11/2014	R$	5,00
313	8407	CATARINA DA SILVA	13/11/2014	R$	5,00
314	8408	GIANE RAGUZO	14/11/2014	R$	5,00
315	8409	SABRINA MACHADO MENDES	17/11/2014	R$	5,00
316	8410	HEVERTON ALLENRIGOR FOIZER FRAGA	17/11/2014	R$	5,00
317	8411	DIOGO MARTINS CORREA	17/11/2014	R$	5,00
318	8412	JULLIA DA ROSA ZAPELINI	17/11/2014	R$	5,00

319	8413	NAIR SANTANA MARTINS	18/11/2014	R$	5,00
320	8414	MARCOS MENDES DE MORAIS	18/11/2014	R$	5,00
321	8415	MARGARIDA MARIA DE JESUS	18/11/2014	R$	5,00
322	8416	VALERIO MARCILIO	18/11/2014	R$	5,00
323	8417	SHEILA CAETANO DA LUZ	19/11/2014	R$	5,00
324	8418	DARLON DE MEDEIROS OLIVEIRA	20/11/2014	R$	5,00
325	8419	TAMI MENEGON	21/11/2014	R$	5,00
326	8420	SANTINA SILVEIRA DA CUNHA	24/11/2014	R$	5,00
327	8421	ANSELMO TOMIELLO NETO	24/11/2014	R$	5,00
328	8422	ZELIA PERES DE OLIVEIRA	25/11/2014	R$	5,00
329	8423	JOAO CARLOS DA SILVA VALGAS	25/11/2014	R$	5,00
330	8424	GEOVANE MARCOLINO MONTEIRO	25/11/2014	R$	5,00
331	8425	GECINEIA DE SOUZA MARTINS MENDES	26/11/2014	R$	5,00
332	8426	MARINELZA ZANELATO FERREIRA	26/11/2014	R$	5,00
333	8427	ROSINHA DE FATIMA ANTONIO	26/11/2014	R$	5,00
334	8428	MIRELA MENDES DE MORAIS	27/11/2014	R$	5,00
335	8429	AMILTON ALVES VALGAS	27/11/2014	R$	5,00
336	8430	MKM INTERNET SOLUTION PROVIDER LTDA ME	28/11/2014	R$	5,00
337	8431	GLAUCO DELLA GIUSTINA SOMBRIO	28/11/2014	R$	5,00
338	8432	LARA VICENÇO AGOSTINHO	28/11/2014	R$	5,00
339	8433	BARBARA GABRIELA DA VEIGA	01/12/2014	R$	5,00
340	8434	CHARLES SILVEIRA MELO	01/12/2014	R$	5,00
341	8435	CECILIO RODRIGUES FERNANDES	01/12/2014	R$	5,00
342	8436	MARCELO BITTENCOURT BECKAUSER	03/12/2014	R$	5,00
343	8437	VINICIOS DO AMARAL ESMERALDINO	03/12/2014	R$	5,00
344	8439	SILVANA DE SOUZA FELICIANO	03/12/2014	R$	5,00
345	8440	MARCELO FERREIRA	04/12/2014	R$	5,00
346	8441	ZELI LEONARDO MENDES	04/12/2014	R$	5,00
347	8442	GISLAINE FERNANDES BORGES	04/12/2014	R$	5,00
348	8443	ISAC ESMERALDINO	05/12/2014	R$	5,00
349	8444	RUBIA ARCIDIO FRANCISCO	05/12/2014	R$	5,00
350	8445	JOANA CAROLINE BRITO DA SILVA	05/12/2014	R$	5,00
351	8446	ELTON ROSA DA SILVA	05/12/2014	R$	5,00
352	8447	FABRICIO INACIO FIDELIS	08/12/2014	R$	5,00
353	8448	GILBERTO MENDES	08/12/2014	R$	5,00
354	8449	DIEGO NUNES VIEIRA	08/12/2014	R$	5,00
355	8450	PATRIKY IUNG BECKAUSER	09/12/2014	R$	5,00
356	8451	MARCIA ALVES MATTEUS	10/12/2014	R$	5,00
357	8452	PAULA BRESSAN BRITTES	10/12/2014	R$	5,00
358	8453	RENATA NUNES DA SILVA	11/12/2014	R$	5,00
359	8454	CARLOS ALBERTO NUNES BALDINI	11/12/2014	R$	5,00
360	8455	LUANA GESSER MARTINS	11/12/2014	R$	5,00
361	8456	ROSINETI DE OLIVEIRA MARTINS PEREIRA	11/12/2014	R$	5,00
362	8457	SIDNEI CARDOZO MENDES	12/12/2014	R$	5,00
363	8458	MAIARA HEERDT LAURETH	12/12/2014	R$	5,00
364	8459	FRANCIELE BRESSAN BRITTES	12/12/2014	R$	5,00
365	8460	REGIANE CANDIDO ALVES	15/12/2014	R$	5,00
366	8461	JOAO ANTONIO RIBEIRO DA LUZ	15/12/2014	R$	5,00
367	8462	GILBERTO DE BEM MENDES	17/12/2014	R$	5,00
368	8463	SERGIO DE SOUZA GOULART	17/12/2014	R$	5,00
369	8464	PAMELA BRESSAN BRITTES	17/12/2014	R$	5,00
370	8465	NICOLE CORREA	18/12/2014	R$	5,00
371	8466	MARIA DA GLORIA DA ROSA	22/12/2014	R$	5,00
372	8467	RICARDO BALDO VOLPATO	22/12/2014	R$	5,00

373	8468	DALVAN CEOLIN DELA GIUSTINA	22/12/2014	R$	5,00
374	8469	MATHEUS SANTANA DA SILVA	22/12/2014	R$	5,00
375	8470	ARIENE MEDEIROS WESSLER	22/12/2014	R$	5,00
376	8471	CAROLINE ZAPPELINI MENDONÇA DE SA COELHO	22/12/2014	R$	5,00
377	8472	CRISTIAN VIEIRA DE SOUSA	22/12/2014	R$	5,00
378	8473	JOANINHA FRANCISCO	22/12/2014	R$	5,00
379	8474	MAYCON AMERICO DE MORAES	22/12/2014	R$	5,00
380	8475	NILTON BATISTA RAUPP	23/12/2014	R$	5,00
381	8477	MARIA ISOLETE MENDES CALEGARI	24/12/2014	R$	5,00
382	8478	MARIO CESAR DOS SANTOS	26/12/2014	R$	5,00
383	8479	SANTO DA SILVA	29/12/2014	R$	5,00
384	8480	IZENIA FERMINIO	29/12/2014	R$	5,00
385	8481	MARIA DA GRAÇA MATTOS EMERECIANO	30/12/2014	R$	5,00
386	40025	NORMA VARGAS SOTERO	08/12/2014	R$	5,00
387	40134	MARIA IVANIA MARTINS DOS SANTOS	06/11/2014	R$	5,00
388	40152	LUCILENE MELLO CUSTODIO	30/12/2014	R$	5,00
			TOTAL	**R$**	**1.940,00**

4.03 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS DEMITIDOS NO ANO DE 2014

N.º	Matricula	Nome	Data de Associação	Valor
1	92	ADOLFO MANOEL MENDES	07/07/2014	R$ 82,38
2	2681	ALBERTO PICKLER MAY	11/02/2014	R$ 220,20
3	2204	ANTONIO JUVENAL MACHADO	29/09/2014	R$ 166,07
4	1833	ANTONIO MARTINS DOS SANTOS	18/06/2014	R$ 286,05
5	2071	ARCIDIO PONCEANO FRANCISCO	22/12/2014	R$ 269,86
6	146	BORTOLO ATILIO CALEGARI	30/09/2014	R$ 276,47
7	6921	EDNA DA SILVA MENDES	11/09/2014	R$ 134,57
8	1316	EMILIA MARTINS NASARIO	04/12/2014	R$ 102,66
9	1759	ESAU DE ABREU VARGAS	18/06/2014	R$ 210,36
10	2128	FERNANDO ESMAEL ANACLETO	11/03/2014	R$ 171,93
11	231	GARIBALDI IUNG	25/06/2014	R$ 130,44
12	754	HELZO JOSE CORREA	05/03/2014	R$ 149,50
13	198	HERCILIO DE MEDEIROS RODRIGUES	07/03/2014	R$ 124,72
14	1891	IRIA RAFAEL MARTINS	29/04/2014	R$ 108,27
15	5003	IVALDERICO DE OLIVEIRA MACHADO	20/03/2014	R$ 64,38
16	687	JOANA DUARTE BECHKAUSER	18/03/2014	R$ 66,87
17	7516	JOAQUINA RODRIGUES NEVES	04/08/2014	R$ 96,73
18	7081	JOSE DE OLIVEIRA	29/04/2014	R$ 36,98
19	767	JOSE DOS PASSOS BERTO	11/02/2014	R$ 24,62
20	775	JOSE ERNESTO AZEVEDO	15/09/2014	R$ 177,20
21	335	JOSE RAFAEL DE MEDEIROS	30/04/2014	R$ 80,62
22	2488	LEOPOLDINA HONORIO MEDEIROS	20/03/2014	R$ 199,11
23	593	LIDIO PEDRO CARDOSO	11/09/2014	R$ 152,47
24	421	LUCIO SIMONI	17/10/2014	R$ 276,07
25	7721	LUIZ CARLOS CALEGARIO	03/09/2014	R$ 44,72
26	447	LUIZ PEDRO FAVARIN	16/09/2014	R$ 205,60
27	1329	MALVINA LAURENTINO BERTO	23/06/2014	R$ 165,97
28	2513	MALVINA PEREIRA MENDES	04/08/2014	R$ 169,11
29	5689	MARIA APARECIDA FERNANDES	04/12/2014	R$ 82,31
30	612	MARIA FRANCISCA MACHADO	22/05/2014	R$ 91,21
31	455	MARIA MARTINS BECKHAUSER	29/04/2014	R$ 51,87
32	1263	MARIA NAZARIO DOS SANTOS RECH	04/04/2014	R$ 82,93
33	2976	MARIO DE MEDEIROS	28/10/2014	R$ 234,66
34	708	NAIR FURLAN VICENTE	21/07/2014	R$ 209,86
35	1009	NILSON DEMETRIO INACIO	28/10/2014	R$ 199,80
36	2157	ORILCA VIGARANI MENDONCA	01/10/2014	R$ 269,43
37	5880	OSNI HERCILIO BATISTA	10/03/2014	R$ 125,73
38	2644	OSVALDO JOSE ROUSSENQ	13/05/2014	R$ 95,77
39	7999	PEDRA DE SOUZA MENDES	04/02/2014	R$ 259,92
40	1313	PEDRO DOS SANTOS MENDES	11/03/2014	R$ 199,60
41	7211	PEDRO MENDES FAGUNDES	25/04/2014	R$ 24,18
42	1835	QUINTINO PASSARELA DAMIANI	21/07/2014	R$ 280,97
43	618	RAINERIO MENDONCA	20/10/2014	R$ 176,57
44	1439	SEBASTIANA MONTEIRO CORREA	07/07/2014	R$ 225,03
45	640	SILVIO DOS SANTOS CABRAL	08/07/2014	R$ 283,92
46	4361	TARCISIO JOSE DAS NEVES	21/07/2014	R$ 117,03
47	8258	TERESINHA MELO RIBEIRO	29/09/2014	R$ 5,00
48	1489	TEREZINHA MARCELINO MARTINS	11/08/2014	R$ 97,92

49	670	VINICIUS VENANCIO MENDES	21/03/2014	R$ 125,19
50	669	WALDEMAR ZELINDRO DE SOUZA	06/08/2014	R$ 89,53
51	134	ZENITA CARDOSO PEREIRA	11/11/2014	R$ 550,80
			TOTAL	**R$ 8.073,16**

4.04 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS ADMITIDOS POR TRANSFERÊNCIA EM 2014

N.º	Matricula	Nome	Data de Associação	Valor
1	8122	JAIRO DE SOUZA MENDES	04/02/2014	R$ 259,92
2	8128	MARIA APARECIDA MAIA MAY	10/02/2014	R$ 220,20
3	8149	DILMA DE MEDEIROS RODRIGUES	07/03/2014	R$ 124,72
4	8150	ZENAIDE BATISTA LUCIANO	10/03/2014	R$ 125,73
5	8151	ZULEIDE MARCOS DA ROSA	11/03/2014	R$ 199,60
6	8162	VALQUIRIA BECKHAUSER MEURER	18/03/2014	R$ 66,87
7	8164	LUIZ MOTTA MEDEIROS	18/03/2014	R$ 199,11
8	8168	MARIA DAS GRACAS AGUIAR MACHADO	20/03/2014	R$ 64,38
9	8170	ALTAIR MENDES PAVANATE	21/03/2014	R$ 125,19
10	8182	MARIA APARECIDA DOS SANTOS RECH COELHO	04/04/2014	R$ 82,93
11	8200	MOACIR ROQUE MENDES FAGUNDES	25/04/2014	R$ 24,18
12	8203	DILNEI RAFAEL MARTINS	29/04/2014	R$ 108,27
13	8222	VALTELINA MARCOLINO ROUSSENQ	13/05/2014	R$ 95,77
14	8235	MARIA DAS DORES MACHADO FELICIDADE	22/05/2014	R$ 91,21
15	8259	MARA CECILIA DA SILVA VARGAS	17/06/2014	R$ 210,36
16	8266	MARIA HELENA BERTO CARDOSO	23/06/2014	R$ 165,97
17	8270	IDALINA FERNANDES IUNG	25/06/2014	R$ 130,44
18	8277	MARIA APARECIDA MONTEIRO CORREA	04/07/2014	R$ 255,03
19	8280	JOSE DOS PASSOS CORREA MENDES	07/07/2014	R$ 82,38
20	8284	SILVIO DOS SANTOS CABRAL JUNIOR	08/07/2014	R$ 283,92
21	8294	DOMICIO VICENTE	21/07/2014	R$ 209,86
22	8295	ROGERIO DA SILVA DAMIANI	21/07/2014	R$ 280,97
23	8303	LUCINDA CORREA DE SOUZA	04/08/2014	R$ 89,53
24	8305	LENOIR PEREIRA MENDES	04/08/2014	R$ 169,11
25	8308	ANTONIO MARCELINO MARTINS	07/08/2014	R$ 97,92
26	8338	JOAO VITOR MENDES RIBEIRO	11/09/2014	R$ 134,57
27	8339	NADIR DOS SANTOS CARDOSO	11/09/2014	R$ 152,47
28	8344	MARIA ABIGAIL FAVARIN	15/09/2014	R$ 205,60
29	8345	ZULEIDE NUNES FILETI AZEVEDO	15/09/2014	R$ 177,20
30	8357	KLEBER MELO RIBEIRO	29/09/2014	R$ 5,00
31	8358	SANDRA APARECIDA MENDES CALEGARI CORREA	29/09/2014	R$ 276,47
32	8371	ALMERINDA MARIA MENDES SIMONI	16/10/2014	R$ 276,07
33	8372	NOELI MENDONCA	20/10/2014	R$ 176,57
34	8385	INES DA SILVA MEDEIROS	28/10/2014	R$ 234,66
35	8442	GISLAINE FERNANDES BORGES	04/12/2014	R$ 82,31
36	8473	JOANINHA FRANCISCO	22/12/2014	R$ 269,86
			TOTAL	**R$ 5.754,35**

4.05 - RELAÇÃO DE ASSOCIADOS COM TRANSFERÊNCIA DE COTAS EM 2014

N.º	Matricula	Nome	Data de Associação	Valor
1	1958	MARISTELA DE OLIVEIRA	29/04/2014	R$ 36,98
2	2607	MARCIO LUIZ PICKLER CORREA	05/03/2014	R$ 149,50
3	3363	BARNABE PEREIRA JUNIOR	11/11/2014	R$ 550,80
4	3827	JANETE RODRIGUES NEVES DE OLIVEIRA	04/08/2014	R$ 96,73
5	4117	ROSILANI MENDES ANACLETO	11/03/2014	R$ 171,93
6	4186	VILSON ALVES DOS SANTOS	18/06/2014	R$ 286,05
7	4267	JAILSON SA DE MEDEIROS	30/04/2014	R$ 80,62
8	4312	ZILDA DA ROSA	21/07/2014	R$ 117,03
9	5099	ADRIANA MENDONCA	01/10/2014	R$ 269,43
10	5162	ADRINALDO MENDES MACHADO	29/09/2014	R$ 166,07
11	5795	INES ROSA BERTO	11/02/2014	R$ 24,62
12	6305	ANA DE SOUZA INACIO	28/10/2014	R$ 199,80
13	6378	MARIA APARECIDA NAZARIO	04/12/2014	R$ 102,66
14	6489	MARILDA GOMES CALEGARIO	03/09/2014	R$ 44,72
15	7240	WANDERLEI NAZARIO MAREGA JUNIOR	29/04/2014	R$ 51,87
			TOTAL	**R$ 2.348,81**

4.06 - RESULTADO DO EXERCÍCIO E DESTINAÇÕES

Valores em R$

Descrição	2014	2013	Variação
(+) Ingressos/Receitas totais	9.140.447,60	8.242.410,52	10,90%
(-) Dispêndio/Despesas totais	8.762.391,87	7.425.785,56	18,00%
(=) Resultado do Exercício	**378.055,73**	**816.624,96**	**-53,71%**
(-) Destinações Estatutárias	168.471,18	447.650,72	-62,37%
(-) Reserva de Lucros/Sobras a Realizar	123.164,74	0,00	100,00%
(+) Realização das Reservas (RATES)	140.186,29	158.432,29	-11,52%
(+) Realização Res.de Manut.Ampl.e Melhoria	121.496,02	111.922,66	8,55%
(=) Sobras a Disposição da AG	**348.102,12**	**639.329,19**	**-45,55%**

Valores em R$

Destinação	2014	2013	Variação
Reserva Legal	17.283,96	115.573,91	-85,05%
RATES	90.693,35	73.794,85	22,90%
Reserva de Manutenção Ampliação e Melhoria	60.493,87	258.281,96	-76,58%
Total	**168.471,18**	**447.650,72**	**-62,37%**

Proposta

A administração da CERGRAL após deliberação interna do seu conselho de administração em 04 de fevereiro de 2015, apresenta como sugestão para apreciação da assembleia geral ordinária a seguinte proposta de destinação de sobras:

- O valor de R$ 348.102.12 seja integralmente distribuído aos associados em quotas de capital social da Cooperativa de Geração de Energia Elétrica e Desenvolvimento de Gravatal para fazer frente ao novo empreendimento de geração de energia elétrica, através da participação na empresa Três Leões Participações S/A, com três unidades de geração hidrelétrica de energia em instalação no Rio Leões, no município de Erval Velho - SC, num total de 8,25 megawatts de potência instalada.

Justificativa

A destinação proposta tem objetivo estratégico na visão da administração, considerando as condições favoráveis do investimento realizado em conjunto com empreendedores de grande conhecimento no ramo de geração de energia elétrica no modal hidrelétrico através de PCHs.

A administração está ainda convencida de que os novos empreendimentos de geração de energia elétrica serão também estratégicos no fomento futuro das demais atividades estabelecidas estatutariamente.

4.07 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa de Eletricidade de Gravatal, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, após deliberação do Conselho de Administração, convoca os senhores associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária – AGO na sede do Município, tendo como local as dependências do Auditório do Salão Paroquial do Santuário do Sagrado Coração de Jesus na cidade de Gravatal, sito à Rua Engenheiro Annes Gualberto, s/n, por não haver acomodações suficientes na sua sede Social, às 07:30 horas do dia 28 de fevereiro de 2015, em primeira convocação com a presença mínima de 2/3 de seus associados, às 08:30 horas em segunda convocação com a presença mínima da metade mais 1 (um) de seus associados e às 09:30 horas em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, e na qual havendo número legal será deliberado sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

I - Prestação de Contas da Administração, relativo ao exercício de 2014, compreendendo:
a) Relatório da Diretoria;
b) Balanço Patrimonial e de Resultados e Demonstrativos das Sobras apuradas no exercício;
c) Relatório dos Auditores Independentes;
d) Parecer do Conselho Fiscal.

II - Destinação das sobras do exercício de 2014;

III - Fixação de Pró-labore e Cédula de Presença para os membros dos Conselhos de Administração e do Conselho Fiscal;

IV - Eleição e posse do Conselho de Administração para os exercícios 2015 a 2018, do Conselho Fiscal para o exercício de 2015 e delegados junto a FECOERUSC para os exercícios 2015 a 2018.

V - Assuntos Gerais de interesse social, sem caráter deliberativo.

OBSERVAÇÕES:

1. Para efeito de QUORUM de instalação da assembleia, a cooperativa conta com 7.273 associados inscritos;

2. Os documentos a serem apreciados no item I da ordem do dia, estarão à disposição dos associados a partir do dia 05/02/2015 na sede social;

3. Os associados que desejarem concorrer as Eleições de que trata o item IV da ordem do dia, deverão compor chapa e inscrever-se junto a Administração da Cooperativa, sito à Rua Engenheiro Annes Gualberto, n° 288, Centro de Gravatal – SC, até às 17:00 horas do dia 18/02/2015;

4. O registro de chapa, deverá ser acompanhado dos documentos exigidos por lei, Estatuto Social, Resolução n.º 31 do CNC e determinação do Conselho de Administração, com expressa concordância dos seus componentes. Deverá trazer anexa ainda, Declaração de Consentimento com firma reconhecida, Cópia autenticada do CPF e RG, Curriculum Vitae, Declaração de Bens com firma reconhecida, bem como Certidões Negativas de Débitos perante as Fazendas Municipais, Estaduais e Federais, Cartórios de Títulos, SERASA e SPC;

4.1 – Em caso de irregularidade constatada, quer pela via judicial ou pela via administrativa, de qualquer de um dos integrantes das chapas concorrentes às eleições de que trata o item IV da ordem do dia, a mesma deverá ser sanada no prazo de 24 horas (dias úteis) após a intimação para fazê-lo, sob pena de ter seu registro anulado.

5. O associado para exercer o direito de voto, deverá estar rigorosamente em dia com suas obrigações sociais, até as 17:00 horas do dia 23/02/2015.

5.1 – Para participar da AGO e das eleições o associado deverá apresentar-se munido de documento oficial com foto;

5.2 - As pessoas jurídicas associadas, para exercerem o direito de voto deverão apresentar o Contrato Social para comprovação do representante legal, podendo ser original ou fotocópia autenticada;

5.3 - As entidades associadas, para exercerem seu direito de voto, deverão apresentar livro de atas e o estatuto social para comprovação do representante legal ou documento de delegação emitido pela autoridade competente;

6. A Assembleia permanecerá em aberto e se prolongará até o dia 01/03/2015, Domingo, quando serão apurados os resultados e empossados os eleitos, continuando a Assembleia para discussão do Item VI da ordem do dia;

7. As eleições constantes no Item IV da ordem do dia deste Edital terão inicio às 08:30 horas e se encerrarão às 16:00 horas do dia 01/03/2015 devendo os associados apresentarem-se nos locais abaixo, correspondentes aos endereços determinados nos respectivos locais de votação.

8. A eleição terá os seguintes locais para votação e recebimento de votos:

8.1 - **CENTRO**, nas dependências da ESCOLA BÁSICA GERALDINA MARIA TAVARES na qual deverão votar os associados residentes nos bairros **Centro de Gravatal, Lomba, Caeté e Tiradentes.**

8.2 - **CENTRO**, nas dependências da ESCOLA BÁSICA GERALDINA MARIA TAVARES na qual deverão votar os associados residentes nos bairros **Bela Vista 1, Bela Vista 2, Variante e Barro Vermelho.**

8.3 - **TERMAS DO GRAVATAL**, nas dependências do COLÉGIO ESTADUAL HERCÍLIO BEZ na qual deverão votar os associados residentes nos bairros de **Termas do Gravatal, Brasília, Jardim Andréia, São Miguel, São Bento, Baixadinha e São Geraldo**.

8.4 - **POUSO ALTO**, nas dependências da ESCOLA BÁSICA CATEQUISTA JOANA PENDICA na qual deverão votar os associados residentes nos bairros **Pouso Alto, Ângulo, Sanga da Areia e Sertão dos Medeiros**.

8.5 - **RIACHO**, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MARTINS DE SOUZA na qual deverão votar os associados residentes no bairro **Riacho**.

8.6 - **VÁRZEA DAS CANOAS**, nas dependências da ESCOLA BÁSICA JOSÉ CARDOSO DE AGUIAR na qual deverão votar os associados residentes no bairro **Várzea das Canoas**.

8.7 - **INDAIAL DE BAIXO**, nas dependências da ESCOLA BÁSICA FERNANDO JOSÉ CARDOSO na qual deverão votar os associados residentes no bairro **Indaial de Baixo**.

8.8 - **ILHOTA GRANDE**, nas dependências do PET – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA ESPAÇO DO SER na qual deverão votar os associados residentes no bairro **Ilhota Grande**.

8.9 - **SÃO ROQUE**, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE na qual deverão votar os associados residentes nos bairros **São Roque, São José e Morro de Fátima**.

9. As questões eleitorais não previstas no estatuto e nem na Lei n. 5.764/71 serão resolvidas com base na Legislação Eleitoral.

10. Se houver apenas uma chapa inscrita para a eleição que trata o item IV deste Edital, a assembleia poderá decidir que a votação seja por aclamação empossando-se os eleitos em seguida. Neste caso não se aplicará o disposto nas observações de número 6, 7 e 8 e o item VI deste Edital será apreciado na sequencia dos demais.

Gravatal/SC, 05 de Fevereiro de 2015.

João Vanio Mendonça Cardoso
Diretor Presidente